

Tribuna Operária

ANO VI - Nº 237 - DE 7 A 13 DE OUTUBRO DE 1985

Cr\$1500

Trabalhadores discutem o pacto NEGOCIAÇÃO SIM. CAPITULAÇÃO NÃO

Três pactos distintos que a Nova República já levantou.
Os entendimentos e os desentendimentos do governo.
O patronato só aceita um acordo entre a corda e o enforcado.
E os trabalhadores? A influência unificadora da greve dos bancários;
por que o pé firme na defesa do trimestral; as propostas para o pacto. Página 7

Metalúrgicos do Rio vencem com greve geral

Os capitalistas no início só queriam dar o INPC a seco, e olhe lá. Porém quando os operários pararam as máquinas eles começaram a mudar de idéia...Pág. 10

Israel apela para o terrorismo de Estado

Cerca de 160 vítimas na ação dos nazistas de Tel-Aviv na Tunísia. Pág. 2

EDITORIAL

Acordo para mudar

Como era de se esperar, crescem os movimentos reivindicatórios em todo o país. Durante 21 anos os trabalhadores tiveram uma brutal redução de seu poder aquisitivo pela política de arrocho salarial. É natural que na Nova República, com a conquista de maior liberdade, os assalariados queiram recuperar gradualmente o que lhes foi subtraído.

Em contrapartida os patrões que, acobertados pelo regime militar, obtiveram lucros espantosos nestas duas décadas, adotam uma atitude de absoluta negativa dos direitos elementares de seus empregados. Os banqueiros, por exemplo, no momento estão empenhados em protelar ou mesmo revogar as decisões do Tribunal Regional Eleitoral do Trabalho de São Paulo que, concedem aos bancários algumas de suas reivindicações. Os magnatas das finanças entram com um recurso no TST contra o acordo que permitiu o fim da greve nos bancos.

Em todas as áreas patronais a coisa se repete. No Rio, 180 mil metalúrgicos demonstram grande unidade e disposição de luta para arrancar um mínimo de melhorias dos empresários. Em São Paulo também, pressionados pela intolerância dos capitalistas, mais de 1 milhão de trabalhadores, organizados em 25 Sindicatos, unificaram suas campanhas salariais para ter maior poder de pressão.

Nesta conjuntura volta à cena a discussão sobre o pacto. Mas da parte dos poderosos esta palavra vem com a conotação de imposição. Para eles, os trabalhadores devem capitular diante da simples menção desta palavra mágica. A classe operária e todos os que vivem de salários, por seu lado, jamais se negaram a estabelecer negociações. É a atitude que tomaram os bancários e previdenciários recentemente comprova que em torno de propostas razoáveis é possível chegar a acordos. Mas não se confunda disposi-

ção de sentar na mesa de conversações com abdicação de direitos. Alguns porta-vozes patronais já estão dizendo que as greves e a preparação de greves significam a priori uma recusa de qualquer entendimento. Querem que os trabalhadores parem de lutar em troca de uma vaga idéia de pacto que ninguém sabe ainda o que é ou pode vir a ser. É um convite de rendição incondicional.

Quando se organizarem e se mobilizarem, ao colocarem abertamente as suas exigências, os trabalhadores estão exercendo um direito elementar. Partem para conquistar o que lhes é devido e, ao mesmo tempo, na ação prática, forçam o repúdio aos acordos impatrióticos estabelecidos com o FMI e que continuam atravancando o progresso do país.

A experiência comprova que os operários só têm vantagem em qualquer negociação, se dispõem, além dos argumentos justos, de organização e mobilização para a luta. Se, apresentam-se diante dos patrões sem a possibilidade concreta de parar as máquinas, só recebem negativas. O que está em pauta não é a manutenção do atual estado de coisas e sim a trimestralidade, a recuperação do poder aquisitivo e direitos democráticos. É preciso um acordo para mudar e não para manter o arrocho.

Se o governo e os patrões têm de fato a intenção de fazer concessões neste terreno, encontrarão interlocutores entre os trabalhadores. Mas se ao invés disto pretendem manter a argumentação do FMI de que os salários são responsáveis pela inflação, de que "as condições" não permitem o trimestral, de que greve é sinônimo de desestabilização, etc., então, queiram ou não, têm que assumir a responsabilidade pela multiplicação do movimento grevista. Os trabalhadores não são tolos e não trocarão sua força de trabalho por palavras bonitas.

Jânio e a direita sob o estandarte do anticomunismo

Artigo de João Amazonas passa em revista o recrudescimento da pregação anticomunista, suas raízes e conseqüências. Página 4

1,3 milhão de trabalhadores se unem para esta campanha

A ação conjunta de 25 sindicatos de SP, na pág. 10

Loucura e estafa infernizam vida dos motoristas

Os agudos problemas dos 80 mil condutores de ônibus de São Paulo, que este mês renovarão a diretoria do seu Sindicato, estão na pág. 6

A lei e os fatos sobre o papel das Forças Armadas

No debate para a Constituinte, um assunto que muitos generais consideram até hoje como um tabu para os simples paisanos. Página 5

Forçada pela alta vertiginosa dos custos, e sem gozar dos bilhões da imprensa dos monopólios, a Tribuna Operária aumenta seu preço para Cr\$ 1.500.

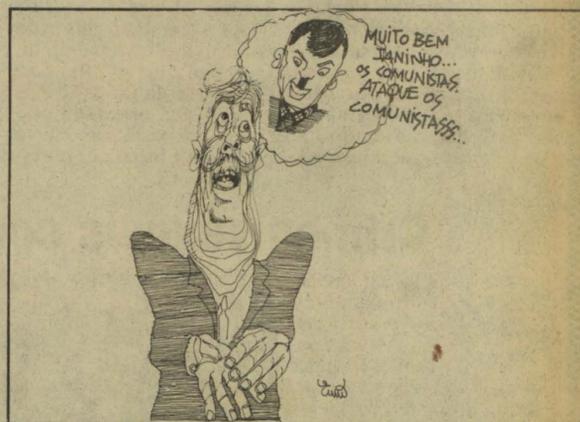


Foto: Carlos Costa

Comício no setor Pedro Ludovico: 8 mil pessoas presentes

O candidato que mais deu certo

na campanha

Um dia de rotina na campanha de Daniel Antônio, candidato a prefeito de Colônia, ex-prefeito de ele e até agora o recordista nas eleições municipais. Seu objetivo: colar no povo. Pág. 3

Bombardeio terrorista de Israel contra a Tunísia

Israel, patrocinou um criminoso bombardeio a Túnis, capital da Tunísia, no último dia 1º visando atingir a Organização pela Libertação da Palestina. O terrorismo israelense foi imediatamente condenado por diversos países, inclusive o Brasil. Só o patrão dos sionistas, Ronald Reagan, teve o atrevimento de defender o bombardeio.

Na manhã do dia 1º oito aviões de fabricação norte-americana, a serviço da Força Aérea de Israel, invadiram a Tunísia e bombardearam uma sede da OLP em Túnis. O ato terrorista feriu e matou 156 refugiados palestinos e civis tunisianos.

O primeiro-ministro social-democrata dos sionistas, Shimon Peres, justificou o crime, dizendo tratar-se de uma represália à morte de três espíes de Israel, ocorrida dias antes no Chipre. O ministro da Defesa, Yitzhak Rabin, ainda ameaçou: "O ataque a Túnis tem o objetivo de alertar que não há imunidade para nenhum grupo da OLP em nenhum lugar do mundo, e que o longo braço das Forças de Defesa de Israel saberá como encontrá-lo e atingi-lo".

Ronald Reagan, presidente dos Estados Unidos, apressou-se em defender seus paus-mandados no Oriente Médio: "Qualquer país tem o direito de responder às agressões, desde que saiba quem são os seus autores", afirmou o chefe imperialista. A Casa Branca, em documento oficial, considerou a agressão perpetrada por Israel "uma resposta legítima ao terrorismo e uma expressão da autode-



A sede da OLP, de seis andares, foi destruída pelos terroristas de Israel, causando 160 vítimas

fesa"! Os EUA teriam participado do bombardeio, cedendo um porta-aviões para o reabastecimento da esquadrilha sionista.

Mas a selvageria sionista foi condenada pelo conjunto das nações. O secretário-geral da ONU, Javier Perez de Cuellar, condenou o ataque que serve para "perpetuar o ciclo de violência" na região. Ahmed Abdel Rahman, porta-voz da OLP, considerou o bombardeio "uma agressão selvagem e cega do inimigo israelense".

BRASIL CONDENA

Também o governo brasileiro repudiou a ação nefasta dos racistas de Israel. A chancelaria da Nova República emitiu nota onde considera que "não há justificativas para ações desse tipo, que vulneram profundamente os esforços da comunidade internacional pela paz justa e duradoura no Oriente Médio. "Para o

Selvageria sionista

Os sionistas de Israel, cumprindo o papel que lhes deu o imperialismo norte-americano no Oriente Médio, continuam atacando os países árabes e assassinando os defensores do povo palestino. Reagan e Shimon Perez elevaram o terrorismo à categoria de norma nas relações com os Estados que não lhes agradam. O atual ataque à Tunísia, sob o pretexto de alvejar uma sede da OLP, é exemplo eloquente disso.

Trata-se de uma política que precisa ser repudiada com vigor. E é salutar que a Nova República condene, de imediato, a ação nefasta de Israel. Mas para crimes dessa natureza, faz-se mister ir mais adiante. O Brasil precisa romper relações com o governo terrorista de Israel.

Brasil, a OLP é a "legítima representante do povo palestino" e "a atitude agressiva de Israel serve para aumentar as tensões, acirrar os ânimos e tornar mais distante o dia em que todas as nações do Oriente Médio possam coexistir pacificamente".

O Conselho de Segurança da ONU foi convocado para discutir o assunto. Mas os Estados Unidos anunciaram sua disposição de fazer valer seu direito de veto para impedir uma condenação formal das Nações Unidas contra o terrorismo do Estado israelense.

Plano quinquenal capitalista na China agrava a luta de classes

Há poucos dias, o governo chinês anunciou o novo plano que orientará as atividades econômicas no país no período 1986-1990. Novidades propriamente não existem, mas as propostas confirmam a intenção dos dirigentes revisionistas chineses de acelerar e fortalecer a penetração capitalista no país, afastando todos os possíveis "obstáculos" que se interponham no caminho.

As novas medidas econômicas foram recebidas com entusiasmo pela burguesia em todos os cantos do planeta. Os mais afoitos falam até em uma "nova revolução na China". Motivos não faltam para tanta euforia. O governo revisionista prometeu, entre outras coisas, intensificar a privatização das médias e grandes empresas estatais, tornando-as "basicamente independentes

e responsáveis por seus próprios lucros e perdas".

Em relação ao capital estrangeiro, o tratamento será ainda mais privilegiado, podendo implantar-se no país detendo até 100% das ações do empreendimento; da mesma forma, terá liberdade para atuação nas zonas econômicas privilegiadas e de investimentos sobre 14 portos, dois deltas e duas penínsulas. O plano também prevê o aumento do comércio com o exterior em 50%.

Deng Xiaoping, a eminência parda do regime revisionista chinês, referiu-se ao plano, "coerente com o programa de modernização", como o "caminho chinês do socialismo". Assegurou também que o "Partido Comunista da China" continuará sendo orientado pela "teoria marxista como novo eixo para aquelas que se des-

viam em tendências ideológicas errôneas". É um cinismo raro, mas que tem suas explicações: mesmo no interior do partido revisionista surgiram fortes resistências a orientações tão cristalinamente capitalistas.

Antes do anúncio do novo plano econômico, nada menos do que 142 graduados dirigentes do PCCh foram afastados. Na Conferência Extraordinária do partido convocada para aprovar as medidas surgiram fortes dissidências, de forma que mesmo o primeiro-ministro Zhao Ziyang admitiu que deve-se esperar um crescimento da "corrupção" e das "irregularidades", hoje fenômenos muito rotineiros na "nova China". O próprio Deng Xiaoping falou sobre o vertiginoso aumento de coisas "negativas como a corrupção, a

ambição, a extorsão e o favoritismo, extintos há longo tempo após a revolução, mas que reapareceram ultimamente".

O retrocesso em face das conquistas da revolução democrática e antiimperialista de 1949 tem desagradado inclusive a altos dirigentes como Chen Yun, membro do Politburo, que criticou o ataque "à economia planejada em favor das forças do mercado" e denunciou o enriquecimento de membros e dirigentes do PCCh "mediante a especulação, a aceitação de subornos e o abuso de poder". Desta forma, como uma das outras faces da crescente penetração das relações de produção capitalista na China e reflexo da luta de classes no interior do país, aprofundou-se também a divisão no seio das próprias classes dominantes.

Crimes sexuais contra as americanas

A violência contra mulheres e crianças nos Estados Unidos foi uma das mais alarmantes denúncias da Conferência Mundial da Mulher, em Nairobi. Segundo Beverly Mesch, que atua em uma organização de recuperação de mulheres e crianças vítimas de violência sexual doméstica, 40% das mulheres assassinadas nos EUA foram mortas pelos maridos ou companheiros, de todas as classes sociais.

Segundo Mesch, os danos morais e psicológicos são gravíssimos, principalmente para crianças e mulheres, que passam a viver com crises nervosas, desorientadas, com insônia, depressão, sentindo-se isoladas e violentadas. Tornam-se, em grande parte, propensas ao uso de drogas e álcool e muitas recorrem ao suicídio.



Norte-americanas denunciam nas ruas as violências sexuais

Nos EUA, um terço das crianças foram psicologicamente violentadas, uma em cada quatro meninas e um entre sete meninos foram sexualmente molestados por membros da família.

E a maior percentagem de homens violentos está entre

os policiais, médicos e advogados, exatamente aqueles que deveriam garantir o socorro e a segurança às vítimas. "Apesar da polícia norte-americana ser a mais bem equipada do mundo, ela não anota as ocorrências de violência doméstica. Há

muitos casos de mulheres que, ao pedir socorro, ouviram: "O que você fez para ele te agredir?", acentuou Beverly Mesch.

Ela acentuou que há uma conspiração do silêncio entre os médicos norte-americanos. Eles anotam as ocorrências como crime passional ou acidentes nos atestados de óbito, porque são corrompidos pelo dinheiro. Estes crimes não têm punição nos Estados Unidos.

A maioria das vítimas não possui recursos e vive no lar a violência de prisioneiros de guerra. Um medo muito grande dos parentes faz com que as violências sejam continuadas.

Para Beverly Mesch, nos EUA é disseminada a idéia patriarcal e as crianças acreditam que as mães nasceram para sofrer. Naquele superpotência imperialista, 90% dos presidiários abusaram sexualmente de crianças. (Téia Negro)

Violência racial no reino de Elizabeth

Inglaterra volta a ser palco de enfrentamentos entre o povo e a polícia. Agora é a própria capital do império britânico, Londres, que está sendo atingida. No final de setembro, os moradores do bairro londrino de Brixton, desempregados negros na maioria, entraram em choques violentos com a polícia de Sua Majestade Elizabeth, em resposta à invasão da casa da negra Cherry Groce, pelos soldados. Os policiais tinham ido capturar o filho de Cherry, e como não o encontrassem, deram-lhe um tiro - ela foi hospitalizada e, se sobreviver, poderá ficar parálitica pelo resto da vida.

Os protestos negros foram reprimidos com selvageria nada britânica pela polícia. A truculência policial é a resposta do governo direitista de Margareth Thatcher ao problema social vivido pelos negros ingleses. Dados oficiais atestam que, no Bairro de Brixton, o desemprego aumentou 249% desde 1979, um terço das famílias vive abaixo do padrão normal do país e, no ano passado, 15.340 casas foram declaradas inadequadas para a



Policiais atacam negro em Londres

habitação humana.

Semanas antes a Inglaterra já havia sido agitada por revolta semelhante em Birmingham, onde a população negra, também vítima do desemprego e da violência policial, rebelou-se contra as péssimas condições de vida a que está condenada. Na oportunidade a polícia feriu 36 negros.



A polícia de Helmut Kohl ataca os alemães que não querem a volta do nazismo

Governo alemão protege nazistas e ataca o povo

O governo direitista da Alemanha prendeu mais de 300 democratas, feriu mais de 100 e matou um manifestante durante os três dias de protestos contra uma reunião nazista, que sacudiram o país. O Partido Nacional Democrático, neonazista, anunciou a realização de um congresso em Frankfurt. Mais que depressa, o governo reacionário de Helmut Kohl garantiu aos herdeiros de Hitler o direito de reunirem-se livremente.

Mas a população alemã, que saiu arrasada da experiência nazista há 40 anos atrás, mobilizou-se contra a reunião provocativa. Na mesma Frankfurt onde seria realizado o congresso, populares manifestaram-se contra o retorno ao nazismo. A polícia de Kohl não se fez de rogada e atacou os manifestantes, matando o

mecânico Guenther Sare.

Democratas e comunistas alemães não se intimidaram e marcaram novos atos anti-nazistas, desta vez expandindo-os para Erlangen, Stuttgart, Goettingen, Köln, Bielefeld, Muenster, Wupertal, Duisburg, Hanover, Oldenburg e Hamburg. Ocorreram manifestações também em Munique, capital da Baviera, e Freiburg.

Os beaguins do governo antipovo da Alemanha Federal ainda chamaram os protestos democráticos como "atos primitivos de vingança contra os nossos colegas" (que mataram o mecânico Guenther Sare). Mas mais de 2 mil manifestantes saíram às ruas chamando de "assassinos" os soldados de Kohl.

México enfrenta tragédias dos terremotos e arrogância do FMI

Quando todo mundo tomava conhecimento dos trágicos saldos deixados pelos terremotos no México (cerca de 10 mil mortos, destruição de inúmeras construções e milhares de feridos), o Fundo Monetário Internacional tratava de anunciar que não vai liberar um novo crédito de 450 milhões de dólares que já haviam sido prometidos ao país.

Os motivos alegados pelo famigerado FMI e pelos banqueiros internacionais são conhecidos: o México não conseguiu cumprir as metas estabelecidas com o Fundo que, além de irrealizáveis, caracterizam-se sempre pelo

aprofundamento da recessão, do desemprego, arrocho salarial e outros males do gênero.

Com essa atitude, o FMI deixa ainda mais evidente os interesses a que serve. Pouco lhe importa o sofrimento e a dor sofrida pelo povo mexicano. Acima de tudo, cabe ao Fundo zelar pelo dinheiro dos agiotas internacionais. Entre os próprios industriais do México (que tem a segunda maior dívida externa do mundo: de quase 100 bilhões de dólares) cresceu, por outro lado, o sentimento de que só a suspensão do pagamento da dívida aliviará a situação do país.

EUA reafirmam apoio ao 'apartheid'

Enquanto na África do Sul o governo reiterava que não concederá o direito de voto à maioria negra (73% da população), o subsecretário de Estado dos EUA para assuntos africanos, Chester Crocker, afirmou, dia 26 que "o presidente Reagan sabe que há um processo de melhora (no regime racista) agora ameaçado pela violência dos negros".

Crocker reafirmou que o governo Reagan, um dos sustentáculos do governo racista sul-africano, não pretende impor sanções econômicas nem culturais ao país do apartheid. Além de reprimir o movimento de

manifestações de protesto dos negros - 725 deles foram mortos nos últimos 20 meses -, o governo racista não perde oportunidade para insultar essa parcela majoritária da população. No último dia 25, o ministro de Saneamento e Desenvolvimento Popular, Willie Van Niekerk, entregou ao prefeito da grande favela negra que é o distrito segregado de Soweto dois caminhões de batatas e leite em pó para distribuição entre a população. Durante a cerimônia de entrega dos alimentos, o ministro racista virou-se para o prefeito de Soweto e falou: "Espere até amanhã, teremos um par de toneladas de bananas para vocês".

Dívida provoca alta do preço da eletricidade

O sistema de produção e distribuição de energia elétrica no Brasil dá evidentes sinais de uma profunda crise. Os desequilíbrios técnicos se expressam nos recentes black-outs que deixaram vários Estados brasileiros sem energia. Há ainda as profundas desproporções entre produção e distribuição de energia elétrica nas diversas regiões do país.

Apesar do Brasil possuir generosos recursos hidro-

energéticos, bilhões de dólares foram gastos no falido "programa nuclear", enquanto importantes cidades, como São Paulo, carecem de iluminação pública em boa parte de suas ruas. E o que é mais grave: diferentemente dos salários, as contas de luz aumentam mensalmente e em proporções insuportáveis para os trabalhadores.

DÍVIDA EXTERNA

As causas desta situação são diversas. Salientam-se a corrupção e a incompetência dos governos militares. Mas o problema tem seu centro no endividamento externo e especialmente do setor de energia elétrica.

Isto ganha evidência no caso de Itaipu. Os custos da obra foram inicialmente projetados como sendo de 3,1 bilhões de dólares. Hoje já atingem 15,4 bilhões de dólares, dos quais 5,7 bilhões correspondem somente aos encargos financeiros.

O peso do endividamento externo no preço da energia elétrica pode ser avaliado pelo exemplo da CESP: a dívida desta empresa em moeda estrangeira referente aos grandes bancos internacionais atinge cerca de 2,7 bilhões, segundo o último balanço semestral. Para se ter uma idéia do significado deste número basta lembrar que o valor de todos os reservatórios, barragens e adutores, edificações, obras civis e benfeitorias, máquinas e equipamentos pertencentes à CESP é de cerca de 3,8 bilhões de dólares.

O problema reside, portanto, na total falência do modelo de crescimento do setor adotado pelo regime militar, baseado nos empréstimos externos (que foram tomados menos em função das necessidades internas das empresas do que dos ajustamentos das contas externas feitos pelo velho regime segundo as imposições dos banqueiros estrangeiros). O Banco Mundial - instrumento do imperialismo ianque -, por sinal, já avisou que só realizará novos empréstimos se a remuneração do investimento passar progressivamente dos atuais 6% para 10% em 1989. Em outras palavras, o povo deve pagar ainda mais caro pela energia elétrica. O governo fala em "reposição tarifária", mas o problema não terá solução enquanto não se der fim à sangria de recursos provocada pela dívida externa.

Povo paga os subsídios aos capitalistas

Quem mais sofre com os insuportáveis aumentos das tarifas de energia elétrica são os trabalhadores e o povo em geral. As grandes indústrias capitalistas, ao contrário, continuam sendo beneficiadas. É que na atual estrutura de preços, está embutido um subsídio disfarçado a favor das indústrias e que é coberto precisamente com o encarecimento da eletricidade para o consumo residencial.

No primeiro semestre de 1985, conforme o balanço da CESP, a tarifa média para as residências situou-se em Cr\$ 135 por quilowatts consumido, enquanto a indústria pagou, em média, apenas Cr\$ 80,4 - uma diferença de 67,9%. O consumo industrial foi bem maior do que o residencial no período: 1.750 mil megawatts por hora contra 503 mil nas residências. Há, ainda, o consumo público, comercial, rural e outros, em geral também subsidiados. O preço médio por quilowatts esteve na faixa de Cr\$ 103,7, muito abaixo do que foi pago pelas residências e acima do cobrado aos grandes capitalistas. Fica evidente o grande peso do subsídio que, por sinal, vem crescendo nos últimos anos: em 1984, enquanto as residências pagaram Cr\$ 44,6 por quilowatts-hora, as indústrias pagaram Cr\$ 28 (valores ao ano passado). A diferença, de 59,3%, era, então, menor. A eliminação do injusto subsídio, ao mesmo tempo que elevará a receita da CESP, permitirá diminuir o preço das tarifas cobradas às residências - onde o consumo é significativamente menor.

Abi-Ackel fichado na polícia. Sinal dos novos tempos

Um fato inusitado em nossa história: um ex-ministro identificado criminalmente e fichado, com fotos de frente e perfil e tomadas de impressões digitais, para ser indiciado criminalmente por suas ações nefastas durante o período de gozo do poder.

O episódio ocorreu no início da semana passada. O ex-ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel, foi fichado na Polícia Federal por crime de prevaricação porque surrupiou um inquérito policial, em 1981, que apurava fraudes na compra de táxis a álcool por alguns comparsas seus em Mariana, Minas Gerais. Na época do delito, ele era ministro do general Figueiredo. O processo sobre o caso foi encaminhado para o Supremo Tribunal Federal, a quem cabe julgar bandidos que acumulam a função de ministros.

Enquanto isso, prosseguem as investigações em torno do envolvimento de Ackel com expedição irregular de carteiras de agentes da PF, venda de vistos de permanência e naturalização de estrangeiros, suspensão indevida de inquérito policial contra a Empresa de Ônibus Cristo Rei, de Ouro Preto, e participação em quadrilha de contrabando de pedras preciosas e tráfico de drogas.

E surge uma nova denúncia: Ackel, cabo eleitoral de Maluf em sua fracassada campanha presidencial, teria participado também no acobertamento de compras irregulares de táxis em Ouro Preto, em 1982, à semelhança do crime de Mariana. A acusação partiu da Associação Profissional dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários daquela cidade.

A campanha eleitoral nas capitais

GOIÂNIA

O segredo da força de Daniel Antônio

Em Goiás o PMDB, que fez coligação com o PC do B, poderá obter nas eleições para prefeito da capital a maior vitória de todo o Brasil. O seu candidato, Daniel Antônio, segundo a última pesquisa do Instituto Gallup, está com um índice de preferência popular de 67%, enquanto o seu concorrente mais próximo registrou inexpressivos 4%...

Uma vantagem tão significativa baseia-se na penetração do candidato junto à população goianense, à sua mensagem política progressista e ao incansável trabalho de campanha. Logo às 7h30m da manhã de segunda-feira, dia 30, Daniel Antônio já está participando de uma reunião com trabalhadores, no Departamento de Transportes da Prefeitura. Todos ouvem-se com atenção e solicitam melhores condições de trabalho. O mesmo ritual se verificará em três reuniões posteriores, com mecânicos e outros funcionários da Comurg e com os marceneiros da Prefeitura.

Às 9h30m Daniel chega ao seu amplo comitê na avenida B. Ali 400 pessoas o esperam. Ele as cumprimenta e entra no seu gabinete, onde receberá os populares, em grupo de três. São donas-de-casa, funcionários, operários, posseiros urbanos, pequenos comerciantes, profissionais liberais, estudantes, que querem a ajuda do candidato na solução de seus problemas. As questões mais variadas aparecem.

Uma senhora, visivelmente nervosa, entra falando alto no gabinete. Assessores procuram acalmá-la. Dona Maria Gercina conta seu drama: seu filho não roubou nada, mas foi preso e torturado no cárcere privado da empresa Norberto Oderbrecht, em Itumbiara. Daniel a tranquiliza: "Não se preocupe com a culpabilidade do seu filho. O que não podemos permitir é que se torture um cidadão. Isso é inaceitável". O candidato pede a um vereador de sua assessoria que entre em contato com o secretário de Segurança Pública para procurar resolver a questão.

Daniel ainda cumpre outros compromissos antes de um almoço frugal. Após a refeição assiste à propaganda eleitoral na tevê e reúne-se com assessores para discutir aspectos da campanha. Depois na lancheonete "Fonte do Paladar", uma das maiores de Goiânia, conversa com os fregueses e cumprimenta todos os funcionários da casa. Ao sair, um senhor, de uma casa lotérica, chama-o para conversar. Dali vai a uma loja de tecidos, onde também cumprimenta fregueses e funcionários.

A VOZ DO POVO

A noite encontra o candidato da coligação PMDB-PC do B no mesmo ritmo. Tem uma reunião no Centro Comunitário da Esplanada do Anicuns. Um morador mostra-lhe a água escorrendo sobre o asfalto esburacado, devido à falta de esgoto. Na reunião, cerca de 100 pessoas reivindicam escola, creches, asfaltamento de uma avenida no bairro e outros benefícios. Daniel Antônio denunciou a falta de apoio que está havendo da parte do prefeito Nion Albernaz e afirmou que a Prefeitura, sob a sua administração, "vai ser um canal aberto de comunicação permanente com a população. Vai ser um fórum de debates onde o povo terá voz ativa".

Outras reuniões se seguirão até a meia-noite. Daniel Antônio já não consegue esconder o cansaço. Mas o ânimo permanece elevado: "Estou feliz por ter cumprido mais um dia de trabalho". Ele está ciente de que, até o dia 15 de novembro, sua atividade deverá ser ainda mais intensa. Mas esse é o caminho que consolidará a sua vitória. (da sucursal)



Um encontro de Daniel Antônio com moradores do Setor Universitário

BELÉM

4 mil na festa democrática

Cerca de 4.000 pessoas superlotaram as dependências do balneário 3 Corações, clube popular de Belém, no Pará, na festa da democracia promovida pelo Partido Comunista do Brasil, em campanha pela eleição de Coutinho e Velasco para a prefeitura da capital.

Foi uma festa com muita animação, que teve, além de uma feijoada democrática, forró, bingo, banho de piscina e muita discussão política. Estiveram presentes o candidato Fernando Coutinho Jorge, o atual prefeito de Belém, Almir Gabriel, os deputados Paulo Fontelles e Romero Ximenes, este último líder da bancada do PMDB na Assembleia Legislativa. Também compareceram o vereador Loiola, do município de

Ananindeua, e dezenas de sindicalistas, representantes de associações de moradores e de entidades estudantis.

Para o PC do B foi um grande êxito. Como assinalou o deputado Paulo Fontelles, "é uma festa de partido grande". Inúmeras pessoas se interessaram pela discussão das propostas do PC do B, bem como sobre o apoio do partido à candidatura do PMDB. Foram feitas 148 filiações, em sua maioria de trabalhadores. Para muitos, o comparecimento foi surpreendente.

Em Belém, cresce o nível da campanha à prefeitura, com a realização de caminhadas e comícios pelos bairros e uso do horário gratuito na televisão por políticos progressistas e lideranças populares. (da sucursal)

JOÃO PESSOA

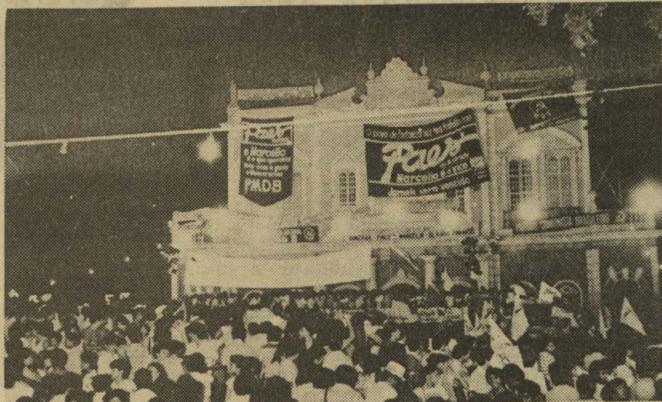
PC do B apóia Marcus Odilon

O Partido Comunista do Brasil divulgou recentemente uma nota explicando as razões do seu apoio aos candidatos Marcus Odilon e Gilvan Navarro para a prefeitura de João Pessoa, na Paraíba. Não são os candidatos do PMDB, mas representam, naquela capital, a autêntica oposição às forças reacionárias, segundo os comunistas.

Inicialmente, o PC do B defendeu "uma chapa do PMDB para derrotar o braguismo, que atacou a luta das diretas-já, combateu Tancredo Neves e está atolado na corrupção, sendo ainda conivente com o crime organizado. Mas apesar de todos os esforços", explicaram os comunistas, "a cúpula do PMDB de João Pessoa esqueceu tudo isso e se rendeu a Wilson Braga e ao PDS. Esses senhores do PMDB não estão

sendo coerentes com o passado de luta democrática deste partido, pois aliaram-se aos piores inimigos da democracia e da liberdade na Paraíba".

"Diante deste quadro complexo", continua a nota do PC do B, "após discutir as diversas alternativas, nos definimos pelo apoio à chapa Marcos/Gilvan, porque em torno deles unem-se aqueles que realmente contribuíram para a construção da Aliança Democrática e a vitória da Nova República, são forças que incluem os peemedebistas autênticos e estão comprometidas com a consolidação da democracia, o apoio à Nova República e as mudanças que o povo brasileiro reclama, sendo a única alternativa ao continuísmo e à corrupção em João Pessoa". (da sucursal)



Milhares de pessoas no primeiro grande comício de Paes de Andrade.

FORTALEZA

50 mil no comício de Paes

O primeiro grande comício da campanha de Paes de Andrade (PMDB, com apoio do PC do B) foi também a maior manifestação popular de Fortaleza, no Ceará: reuniu, no dia 26 de setembro, nada menos que 50 mil pessoas, superando a marca do ato pelas diretas-já, quando compareceram 30 mil.

Desta forma, o candidato Paes de Andrade demonstrou a grande popularidade que desfruta junto ao povo de Fortaleza. O comício ocorreu na Praça José de Alencar, próximo ao terminal de ônibus da capital. A movimentação começou cedo. Os militantes do PC do B pregaram um painel de 16 metros quadrados no local, indicando o apoio do partido ao candidato Paes de Andrade.

Quando aproximou-se o horário para o início do comício, às 18 horas, a praça já estava toda tomada por populares que chegavam de todos os bairros de Fortaleza. O povo fez-se presente por todos os recantos do local, que foi pequeno para a grande manifestação.

Seu Manezinho, pipoqueiro há muitos anos em Fortaleza, com ponto na Praça José de Alencar, depois de pensar um pouco, declarou à TO: "Agora eu me lembro que foi em janeiro ou fevereiro do ano passado aquele último comício das diretas. Mas este é muito maior". Foi, de fato, uma grande demonstração da força do candidato opositor e do espírito de mudança do povo de Fortaleza. (da sucursal)

SÃO PAULO

Fernando Henrique na frente

Em São Paulo a campanha do PMDB obteve um novo impulso no final de setembro, quando o candidato das forças progressistas, Fernando Henrique Cardoso, assumiu uma postura mais ofensiva, denunciando a curriola que está por trás do candidato da reação, Jânio Quadros.

Após uma pesquisa do Instituto Gallup registrar um certo avanço da candidatura Jânio, postando-o em primeiro lugar na disputa, o candidato Fernando Henrique fez uma flexão na sua campanha, politizando-a. Fernando Henrique passou a usar seu horário no rádio e tevê para desmascarar a trama da candidatura

Jânio Quadros. O candidato do PMDB demonstrou que a crise econômica e social e suas mazelas que causam insônia à capital paulista têm suas origens no regime militar, que tinha Delfim Netto como o papa da economia. E denunciou os estragos causados por Paulo Maluf no governo de São Paulo. "E são justamente Maluf e Delfim que apóiam Jânio Quadros", afirmou Fernando Henrique. Esse tom mais agressivo e politizado não tardou a mostrar resultados: uma pesquisa do Ibope apontava, dias depois, a primazia de Fernando Henrique na preferência do eleitorado paulista.



Mais de 15 mil pessoas foram às ruas apoiar Dante de Oliveira

CUIABÁ

PDT encharcado na corrupção

Acaba de vir à luz em Cuiabá (MT) mais uma face do escabroso acordo entre o PDT e o PDS, que se coligaram contra a oposição na disputa pela prefeitura da capital. O próprio vice-presidente do Diretório Regional do PDT revelou que a aliança entre os dois partidos só ocorreu porque o PDS literalmente comprou a maior parte da direção da agremiação, brizolista. O presidente do PDT, Mário Márcio Torres, recebeu de Cr\$ 200 a Cr\$ 300 milhões. Outros dirigentes também foram comprados, como Isaac Póvoas (por Cr\$ 70 milhões), Fernando Pitulaga e Bo Sato (por Cr\$ 20 milhões), além do candidato do PDT, Roberto Carlos Neves. O PDS, como vice-prefeito na chapa liderada pelo PDS, cinicamente inti-

tulada de "União Popular".

Enquanto os candidatos das forças reacionárias estão atolados na lama da corrupção, a candidatura do deputado Dante de Oliveira (PMDB, apoiado pelo PC do B), só faz crescer em Cuiabá. No comício realizado dia 21 de setembro no grande núcleo habitacional Morada da Serra compareceram nada menos que 15 mil pessoas, uma presença que superou as expectativas dos organizadores da campanha Muda Brasil. Estiveram presentes, entre outros os deputados federais José Sarney Filho, Márcio Torres, Antônio Carlos de Albuquerque, João Calmon, senador João Calmon, ministro da Agricultura, Pedro Simon. O PC do B teve grande participação. (da sucursal)

O anticomunismo aberto ou disfarçado -tendência antidemocrática-

João Amazonas

Ressurge, na campanha eleitoral, como embuste e comédia ao mesmo tempo, o desmoralizado fantasma do comunismo. Reacionários empedernidos, politiqueros de todo tipo, retiram do monturo da história argumentos capciosos e *slogans* antidemocráticos que serviram no passado às hostes fascistas, tentando iludir as massas. Há também os que se dizem progressistas embarcando na canoa esbodegada do anticomunismo.

O sr. Jânio Quadros posa de novo *führer*. Ridículo como sempre. Só falta dizer que os comunistas comem crianças. De lança em riste arremete contra os moinhos de vento de uma pretensa conspiração comunista. Investe raivoso contra a democracia, contra a cultura, contra as conquistas populares. Não poupa ninguém: quem não for janista é inimigo de deus, da pátria e da família, como diria o chefe do integralismo na década de 30. Esse trapaceiro político imagina que ainda estamos em outras épocas. Viveu fora do seu tempo. Durante o longo e sombrio período da ditadura militar, bebeu sossegado seu Scotch em Guarujá, em Nova Iorque ou Londres, à margem do que se passava no Brasil. De vez em quando aplaudia a conduta dos generais no poder. Por isso não tem mensagem nova para apresentar aos seus concidadãos. Jânio é hoje o que sempre foi - porta-voz e representante das correntes de *direita*.

Jânio cerca-se do que do que há de pior na vida brasileira

Os brasileiros não esquecem que eleito presidente da República, sete meses depois largava o cargo nas mãos dos ministros militares ultra-reacionários. Não fosse a contestação vigorosa do povo e o país teria caído, já em 1961, numa ditadura feroz preparada com a encenação da renúncia desse demagogo vulgar. Agora volta à cena política em campanha inglória. Cerca-se, outra vez, do que há de pior na vida brasileira. Aí estão ao seu lado os Herbert Levy, os Paulo Maluf, os Delfim Netto, os Reinaldo, os Conceição Santamaria, os Cardoso Alves - a fina flor dos latifundiários, dos banqueiros, das multinacionais, dos grandes empresários sedentos de maio-



Foto: César Diniz

res lucros à custa da classe operária. A vassoura que empunha como símbolo da campanha eleitoral nunca serviu para varrer a corrupção. Haja vista que o partido patrocinador da sua candidatura foi aliado recente do governo militar e se destacou nos escândalos da COBAL que lhe foi dada de presente pelo general Figueiredo.

Fazendo eco às forças da *direita* ouvem-se também vozes destoantes dos anseios democráticos em vários partidos e entre candidatos a prefeito em diversas capitais. Não são muitas, nem imprimem ao anticomunismo a mesma tonalidade do sr. Jânio Quadros. Procuram, entretanto, discriminar ou alijar os comunistas no embate eleitoral, afastá-los da frente-única

ampla. Inventam estranhas "teorias" acerca do apoio do PC do Brasil. Espalham que "os comunistas atrapalham", "tiram votos", "afugentam aliados" e outras bobagens mais, embora saibam que isto não contém um pingote de verdade.

O apoio dos comunistas representou sempre um grande reforço ao movimento democrático no quadro político em desenvolvimento. Ninguém desconhece o papel relevante desempenhado pelos comunistas na campanha cívica pelas *diretas-já*, na vitória do candidato único das oposições (Tancredo Neves), para não falar das eleições de 1982 nas quais venceram os candidatos apoiados publicamente pelos comunistas. Inegável foi a contribuição política

Enquanto os comunistas estavam nas ruas com Tancredo, Jânio abraçava Figueiredo

do PC do Brasil na consolidação do governo Sarney, quando a *direita* e forças equivocadas tentavam desestabilizar o novo governo o que significava pôr em jogo as conquistas obtidas pelo povo. O apoio aberto e franco dos comunistas é um referencial para as grandes massas orientarem-se com justiça na situação política. E é natural que assim seja. Porque o povo vê nos comunistas lutadores sinceros e abnegados em defesa da causa popular, lutadores decididos em prol da liberdade, da independência nacional, da reforma agrária antilatifundiária, dos direitos dos trabalhadores, enfim, de uma nova vida socialista. E o povo sabe também, por experiência de muitos anos de luta que o PC do Brasil é o fator de unidade, da união da maioria da nação, imprescindível para enfrentar as forças poderosas da reação e do imperialismo. As posições do PC do B correspondem sempre aos interesses sociais e nacionais do povo brasileiro.

Certos democratas de pouca visão temem a politização do povo

Os desatinos anticomunistas do sr. Jânio Quadros e da camorra reacionária que o cerca têm finalidades muito precisas: impedir o avanço das forças democráticas e patrióticas, semear o germe da discórdia na aliança de grande amplitude que se vai construindo para livrar o Brasil dos males que o afetam. Por trás do agrupamento janista encontram-se os inimigos mortais do nosso povo, em particular os banqueiros internacionais e seus sócios brasileiros preocupados com o rápido despertar da consciência nacional que

reclama mudanças profundas na sociedade brasileira. Quanto às diatribes anticomunistas dos elementos que se dizem democratas e até progressistas, os motivos são outros. Temem o avanço dos comunistas, o aumento da sua influência política. Mostram-se contraditórios: necessitam da ajuda dos comunistas e buscam seu apoio; simultaneamente levantam obstáculos de toda a ordem à atuação dos comunistas seus aliados. E acabam fazendo o jogo das forças reacionárias, prejudicando sua própria campanha. São democratas pela metade, inconseqüentes. Homens de visão estreita. Outros, como o sr. Cardoso Alves, do PMDB de São Paulo, receiam que o progresso das fileiras comunistas repercutindo na consciência popular feche o caminho à sua reeleição no próximo ano.

Em vão a *direita*, como os democratas de fraco quilate, esforçam-se por conter o crescimento do partido da classe operária e do povo. Esse crescimento é inevitável. Tantas vezes se tentou liquidá-lo quantas ressurgiu mais forte ainda. É um processo objetivo e histórico. O verdadeiro democrata e o patriota "convicto" não temem esse avanço. Compreendem que quanto maior e prestigiado for o Partido Comunista do Brasil mais firme e decidida será a ampla frente nacional e democrática que agrupa variadas tendências e correntes da opinião pública, objetivando o progresso social, o afiançamento da liberdade, a autêntica independência da nação. O PC do B rejeita o exclusivismo como método de ação política precisamente quando se impõe a necessidade da construção da frente-única. Trabalhará, consciente de sua responsabilidade frente ao povo, pela unidade, contra a dispersão, por um esforço comum para superar as grandes dificuldades que o país enfrenta.

Seis mil pessoas na festa do PC do B em Manaus

Com a participação de aproximadamente 6 mil pessoas, o Partido Comunista do Brasil em Manaus realizou, no último dia 27, uma grande festa na Praça da Saudade, onde foi lançada oficialmente a campanha dos cinco mil filiados até o final deste ano. Na Bahia, Minas e Rio Grande do Sul também foram realizados atos dos comunistas.



Foto: Sucursal

A Escola pentacampeã do carnaval desfilou na festa do PC do B

A partir do meio-dia uma equipe de militantes enfeitavam a praça com bandeiras vermelhas. No começo da noite o conjunto musical "Os Embaixadores" passou a animar a festa com música popular brasileira. Mas o ponto alto da alegria foi a apresentação da Escola de Samba Mocidade Independente de Aparecida, pentacampeã do carnaval amazense, com a bateria vestida com a camisa do PC do B. Contribuiu também para o êxito da promoção o famoso cantor amazonense Teixeira de Manaus, que empolgou a multidão dando vivas ao PC do B.

Várias caravanas de bairros, da Colônia Oliveira Machado, Betânia, Compensa, São Lázaro, Educandos, Coroados, Santo Antônio etc., participaram do ato organizadamente. Esteve presente ainda, com muito entusiasmo, um grupo da União da Juventude Socialista (UJS). Espalhados pela praça, inúmeras barracas de filiação esclareciam a curiosidade popular e saudavam o grande número de ativistas que se ligavam ao Partido.

Fizeram uso da palavra o líder do PC do B na Câmara Federal, deputado Haroldo Lima, o presidente regional do partido no Amazonas, Eron Bezerra, os deputados estaduais do PMDB João Pedro e Anildo Macedo.

Em Bento Gonçalves e Monlevade, festa operária

Apesar de forte chuva que caiu até o início da noite, cerca de cem pessoas, em especial jovens e operários, encheram a Câmara Municipal de João Monlevade, em Minas Gerais, no lançamento da Comissão Provisória Municipal do PC do B, no último dia 29. Na presidência da Comissão foi empousado o médico Luis Amaral, funcionário da Associação dos Traba-

lhadores da Belgo Mineira e da Prefeitura.

O presidente do PMDB, vereador Nelson Cunha, ao saudar o lançamento, afirmou que "O PMDB e toda a nação brasileira têm uma dívida com o PC do B, que lutou bravamente para que conquistássemos a democracia, perdendo muitos de seus filhos na luta. O PMDB estará junto com o PC do B em muitas batalhas. Esta é uma cidade operária e portanto o PC do B terá aqui o seu lugar". Durante o ato filiaram-se 30 novos militantes, dando início à campanha de filiação na cidade.

Estiveram presentes o prefeito da cidade vizinha, Nova Era, o presidente da Câmara Municipal, o líder do PMDB local, diversos vereadores, o presidente da Casa de Cultura, a presidente da Associação dos Professores, um diretor do Sindicato dos Metalúrgicos, além do deputado federal Luis Guedes, do PMDB, Nair Guedes, do Conselho Nacional da Mulher, e Marcos Borato Viana, da Comissão Regional do PC do B.

No último dia 28 houve também a inauguração da sede do Diretório Municipal do PC do B em Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul. Comparceram mais de uma centena de pessoas, na maioria proletários, refletindo a composição social do partido na cidade, onde 73% dos militantes são operários.

Vibração em Juazeiro e Feira de Santana, Bahia

A Câmara Municipal de Juazeiro, na Bahia, foi pequena para reunir as mais de 300 pessoas que compareceram ao ato de lançamento oficial do PC do B nesta cidade, no último dia 28. Na mesa dos trabalhos encontravam-se o presidente do partido em Juazeiro,

engenheiro agrônomo Fernando Amorim, os dirigentes regionais Olival Freire e Loretta Valadares, o deputado estadual Luis Nova, os vereadores do PMDB Paulo Cesar e Moanilton Lopes, os vereadores do PDS Pedro Alcântara (representando a mesa da Câmara), Manoel Raimundo e João Macário, o ex-prefeito Arnaldo Vieira, além dos veteranos comunistas Saul Rosas, o líder ferroviário Natalício da Silva, o médico Giuseppe Muccini e o operário José Teixeira.

Compareceram expressivas delegações dos bairros da cidade e de camponeses de Sobradinho, Picarrão, Casa Nova, Brejo de Fora e Brejo de Dentro. "Seu" Cícero, de Sento Sé, destacou a importância da luta pela reforma agrária e afirmou que se ser comunista era lutar por aquelas idéias, ele também estava neste partido. O velho ferroviário Natalício da Silva emocionou a multidão quando afirmou: "Desde que entrei no Partido Comunista sofri perseguições. Fui preso várias vezes. Mas não me arrependi. O PC do B é o chefe político do proletariado". O Dr. Muccini também empolgou o plenário declamando sua poesia "A Paz no Coração", divulgada pela primeira vez há quase 40 anos no Congresso Pela Paz, em Niterói.

Depois do ato, foi realizado um animado forró.

No dia anterior o PC do B havia inaugurado também a sua sede em Feira de Santana, com a presença do deputado estadual Colbert Martins, do presidente da Câmara Municipal, vereador Albérico Novaes, do presidente da OAB, Vitalmiro Cunha, dos presidentes do PMDB do Piauí e de outros vereadores e do dirigente municipal do partido, Jorge Wilton.

(das sucursais)

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

O debate do voto útil

Os revolucionários da Rússia, segundo Lênin, "aproveitaram repetidas vezes, antes da queda do czarismo, os serviços dos liberais burgueses, isto é, concluíram com eles inúmeros compromissos práticos... sem deixar de sustentar, simultaneamente, a luta ideológica e política mais implacável contra o liberalismo burguês e contra as menores manifestações de sua influência no seio do movimento operário".

VOTO ÚTIL

Aqui no Brasil estas lições ainda não foram suficientemente assimiladas e o "esquerdismo" ainda encontra certa audiência. Nas eleições municipais de 15 de novembro, esta visão estreita prega o combate indiscriminado contra os liberais e os conservadores, combate por exemplo uma figura como Jânio Quadros mas, ao mesmo tempo, ao atacar o candidato do PMDB, dispersa os votos dos democratas e pode favorecer ao candidato de Maluf e Delfim.

A polêmica acaba girando sobre a tese do voto útil, ou seja de votar ou não no candidato democrata que tem melhores condições de vencer. Dizem os petistas que esta argumentação é atrasada, que não ajuda a politizar a opinião pública. Consideram que a hora é de cada agremiação defender suas idéias e apresentar seus candidatos - não importa quem acaba vencendo. Com isto, acabam defendendo a tese do voto inútil.

UNIR FORÇAS

É claro que numa democracia não se pode ficar simplesmente preso a duas opções. Faz parte do jogo democrático a diversidade de opiniões e a disputa de candidatos dos diferentes partidos. Mas no Brasil de hoje, não é esta a situação. O povo teve uma grande vitória contra o regime militar. Mas não se alcançou uma ruptura com o velho regime. O país vive uma transição, onde existe uma pesada herança da ditadura a ser combatida. E entre os concorrentes fortes às Prefeituras, existem representantes do atraso e do obscurantismo, como é o caso de Jânio. A vitória destas figuras nas capitais levaria a um quadro político desvantajoso para as forças progressistas.

Nesta conjuntura, ajudar o povo a unir suas forças para dar vitória aos candidatos democratas, que unificam as mais amplas correntes a favor das mudanças, é a proposta mais avançada e que mais contribui para elevar a consciência política das massas populares. A teoria de cada um por si, nesta situação, interessa unicamente aos conservadores.

UNIDADE E INDEPENDÊNCIA

Por outro lado, algumas posições no seio das correntes democráticas contribuem para confundir o povo. Certos políticos, por um lado pressionados pela campanha reacionária e, por outro, temerosos de serem ultrapassados pelo movimento progressista, contribuem para a campanha anticomunista levantada pelos conservadores.

Falando também de vacilações deste tipo, Lênin assinalava que em certas ocasiões é preciso ajudar os liberais a vencer os conservadores: "mais exatamente - dizia ele - devemos obrigar os primeiros a vencer os segundos, pois os primeiros têm medo de sua própria vitória!"

Ao mesmo tempo em que se faz concessões para obter esta unidade, capaz de garantir a vitória democrática, o proletariado deve conservar sua independência na agitação e na ação política, para difundir as idéias socialistas. Desta forma a campanha conduz à elevação do nível de luta dos trabalhadores e permite aos eleitores encontrar de fato o caminho para fazer do voto uma arma de luta. (Rogério Lustosa)

O papel da Forças Armadas nas Constituições brasileiras

"Como liberal que sou, não posso querer para meu país o governo da espada; mas não há quem desconheça, e aí estão os exemplos, de que é ele o que sabe purificar o sangue do corpo social que como o nosso está corrompido..." Esta frase, do Marechal Floriano da Fonseca, na época da proclamação da República, expressa de forma resumida o que pensamos até hoje os militares sobre o papel das Forças Armadas na sociedade. É este o conceito que os generais pretendem preservar ao defenderem que a Constituinte não deve mexer neste assunto. Desde que se falou em nova Carta Magna, os chefes militares, principalmente o general Leônidas Gonçalves, ministro do Exército, fizeram vários pronunciamentos insistindo em manter as coisas conforme foram estabelecidas em 1891.

Na verdade, pelo menos desde o primeiro governo republicano, chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca, o militarismo vem interferindo na vida nacional. A tal ponto que naquela ocasião, comentando a situação, o historiador Eduardo Prado comentava: "A política no Brasil está hoje reduzida à arte de adular com mais ou menos sucesso os militares. Os partidos políticos, hoje, só galgarão o poder agarrados à cauda do cavalo de um general".

A própria proclamação da República, embora tenha sido o resultado de um movimento social e inclusive de várias rebeliões regionais, foi consumada através de um golpe de mão onde o marechal Deodoro assenhoreou-se do governo. É também Eduardo Prado que assinala: "A Constituição doada pelo sr. Deodoro é inteiramente de sua própria autoridade, nenhum representante da nação foi ouvido".

É interessante notar que, nesta Constituição, o artigo 14, ao definir o caráter das Forças Armadas, diz: "A Força Armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos e obrigada a sustentar as instituições constitucionais". Com esta formulação, estava aberta a porta para que qualquer chefe militar, ao discordar dos rumos políticos, se autoproclamasse intérprete da lei e juiz dos governos sobrepondo-se aos poderes constitucionais a quem deveria obedecer.

E o próprio Deodoro começou a dar exemplo. A Constituição foi assinada em 24 de fevereiro de 1891. Já em novembro deste mesmo ano o marechal fechou o Congresso e decretou o "estado de sítio", tentando resolver os problemas de acordo com sua interpretação. Mas o golpe não deu certo e a Presidência passou às mãos do vice-presidente marechal Floriano Peixoto.



Em toda a nossa história, as tropas fizeram valer sua vontade, por cima do Congresso Nacional

Por ocasião da sucessão presidencial de 1909, a questão militar voltou à ordem do dia. Neste período, acusando o período de um novo surto militarista - como o que já ocorrera na proclamação da República, Rui Barbosa encabeçou um vigoroso movimento "civilista", contra a candidatura do marechal Hermes da Fonseca. E de fato, depois da posse do marechal, em vários Estados ocorreram atos de força militares, para "defender a democracia".

Deste período até hoje, a história do Brasil é marcada por sucessivas intervenções militares. O Estado Novo, de 1937 a 45, embora formalmente tivesse um civil à frente, foi na verdade uma ditadura sob comando militar. Em 1945 também, foi o ministro da Guerra quem forçou a derrubada de Vargas e se impôs como candidato à Presidência, para frear o processo de democratização em curso.

O Conselho de Segurança se transformou numa super assessoria com poderes acima do próprio Congresso

O golpe de 1964 acentuou, num nível mais elevado, a interferência do militarismo nos destinos do país. Durante 21 anos, na base da força bruta, os generais promoveram transformações na legislação e no governo, favorecendo a participação militar em todos os terrenos da atividade. A Constituição de 1967, logo remetida em 1969 pela Junta Militar, coloca as Forças Armadas como instituição acima de todas as demais. E consagra a doutrina de Segurança Nacional, formulada pela Escola Superior de Guerra, como diretriz central da Carta Magna.

Assim, o artigo 87 coloca o Conselho de Segurança Nacional, onde os generais tinham amplo domínio,

como "o órgão de mais alto nível na assessoria direta ao presidente da República, para formulação e execução da política de segurança nacional". E o artigo 89 diz que a este Conselho compete "estabelecer os objetivos nacionais permanentes e as bases para a política nacional". O CSN torna-se desta forma superior ao próprio Congresso Nacional. E na prática, esta "assessoria" passou a ser o principal órgão de decisão política do país. E para complementar, o artigo 91 define que: As Forças Armadas, essenciais à execução da política de segurança nacional, destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem.

Um detalhe sutil é que a Constituição de 1946, como as demais, falava em "poderes constitucionais", enquanto a de 69 fala de "poderes constituídos". Talvez uma justificativa encoberta do poder "de fato" constituído pelo golpe de 1964.

A política de segurança nacional, fomentada pelos Estados Unidos e adaptada pela ESG, baseia-se no conceito de guerra permanente e total entre dois mundos, um ocidental e cristão e o outro ateu e comunista. O alvo principal deixa de ser um possível exército invasor e desloca-se para o "inimigo interno", isto é, o povo. Por isto mesmo, o Exército, que já contribuía freqüentemente na repressão aos movimentos populares, passou oficialmente, como executor da "política de segurança nacional", a exercer o papel de polícia.

Passou a predominar a teoria do inimigo interno, ou seja, o povo passou a ser o alvo principal

Para "purificar" o sangue do corpo social "corrompido", como dizia Floriano, os generais não mediram esforços para prender, torturar e assassinar. E por iro-

nia, nestes 21 anos de "purificação" a corrupção em nosso país atingiu níveis jamais vistos em toda a sua história.

A formulação e execução de qualquer política a respeito da segurança da pátria só podem ser prerrogativas do Governo e do Congresso Nacional. Da mesma forma são estes os poderes incumbidos pela nação, através de representantes eleitos, de estabelecer objetivos nacionais e a política nacional. A passagem destes assuntos para as mãos das Forças Armadas constitui evidente subversão da ordem democrática e significa a implantação de um regime ditatorial. A nova Constituição deve portanto, para garantir a liberdade, discutir e colocar as coisas nos devidos lugares.

Coerente com estas concepções deformadas, o regime militar passou a tomar medidas práticas adaptando a estrutura governamental a este novo papel de elaborador da política conferido aos comandos militares. Assim, o Estado Maior das Forças Armadas, que deveria ser um órgão técnico, incumbido de viabilizar o emprego de meios militares na defesa da pátria, cumprindo orientações do Governo e do Congresso Nacional, foi elevado à categoria de ministério. Da mesma forma, o chefe do SNI passou a ocupar uma cadeira de ministro. Para ampliar a influência militar em torno do Poder Executivo, as três armas, Marinha, Exército e Aeronáutica também passaram a ter, cada uma, um Ministério.

O caso do SNI revelou com mais evidência as consequências desastrosas da tutela militarista. Este instrumento, criado sob a inspiração do general Golbery do Couto e Silva logo após o golpe militar e dirigido sempre por um general, tornou-se um órgão policialesco, incumbido de espionar, perseguir, prender, torturar e assassinar os "inimigos internos". A partir daí, ramificou-se por todo o organismo estatal, em cada ministério, em cada empresa pública, nas repartições etc., uma rede monstruosa, denominada "comunidade de informações", interferindo na política, na economia, nos movimentos reivindicatórios e em todos os setores da vida nacional. Com poderes absolutos, gozando de completa impunidade, criou-se então verdadeira máfia, cujos sinais mais flagrantes foram aparecendo com os incêndios às bancas de jornais, o caso Riocentro, o escândalo da Capemi e o assassinato de Alexandre Baumgarten, além dos atentados que tiraram a vida de D. Lyda Monteiro da OAB, que mutilaram José Ribamar na Câmara de Veradores do Rio de Janeiro etc.

Ainda dentro da orientação de Segurança Nacional imposta pelos generais, pela Constituição de 1967 a Justiça Militar passou a figurar, de acordo com a Lei de Segurança Nacional, desta forma, os tribunais militares,

que em todos os países democráticos só podem funcionar para civis em casos de guerra, como medida de exceção, passaram a complementar a perseguição ao "inimigo interno", baseando sua justiça na aversão dos generais a qualquer contestação. Uma simples pichação de muro, encarada sob a ótica da guerra permanente, tornou-se um crime que era punido com seis meses a dois anos de cadeia. Estudantes que participavam do Congresso da UNE em Ibiúna, em 1968, foram cercados com tropas numa operação de guerra. Seus líderes na ocasião, como Luis Travassos, acabaram condenados à pena de "banimento", passando longos anos no exílio.

Uma simples pichação de muro era um perigoso ato de guerra contra a tal "segurança" dos generais

Hoje a UNE está reconhecida legalmente, sem nenhum risco para a soberania nacional. Mas o Brasil encontra-se atolado em compromissos terríveis com o FMI, contraídos pelos governos militares, que ameaçam efetivamente a existência do país como nação independente.

Por tudo isto, na preparação da Constituinte, uma das questões mais importantes a serem debatidas é a que diz respeito às Forças Armadas. A deformação de suas funções vem de longe. E a seqüência de intervenções militares na vida política nacional deixa isto muito evidente. A tal ponto os militares se colocam em posição superior que, em todas as Constituições, a única instituição qualificada explicitamente como "permanente", são as Forças Armadas. E em toda a nossa história, o único general que chegou a ser identificado criminalmente foi o ex-chefe da Agência Central do SNI, general Newton Cruz, recentemente apontado como assassino de Alexandre Baumgarten pelo delegado Ivan Vasques.

O militarismo precisa ser cabalmente erradicado para que a democracia se consolide. A lei e a ordem devem ser garantidos pelo governo e pelos demais poderes constitucionais. As Forças Armadas devem prestar obediência irrestrita a estes poderes e não o contrário, como vem sendo praticado desde a proclamação da República. Mas para que estas novas orientações tenham aplicação prática, a luta pela Constituinte terá que ser um vigoroso movimento de mobilização popular e de organização das massas populares, garantindo de fato a liberdade e a justiça. (Rogério Lustosa)

DE OLHO NO LANCE

Generais em apuros

Na semana passada, o general Leônidas Gonçalves, ministro do Exército, afirmou que a reabertura do caso Riocentro "não afetaria" a imagem das Forças Armadas. Mas contraditoriamente, na mesma semana, o general enviou uma mensagem de elogio ao jornal "O Globo" por ter feito um editorial contra a retomada do processo.

Há pouco tempo atrás o SNI forneceu um "atestado" dizendo que o general Cruz estava em Brasília no dia do crime contra o jornalista Alexandre Baumgarten. Agora o delegado Ivan Vasques descobre que na noite do assassinato o general estava hospedado em um hotel no Rio de Janeiro. Talvez o sr. Ministro venha a público dizer que a "mentirinha" de seus colegas do SNI também não afete a imagem do Exército.

Em contrapartida, a imprensa democrática, os patriotas, foram ferozmente perseguidos pela ditadura militar, sob a alegação de que ao denunciarem as torturas e os crimes praticados pelos generais no poder, "denegriam a imagem do Brasil" diante da opinião pública mundial.

Urge que todas estas barbaridades sejam rigorosamente apuradas, e seus responsáveis punidos. Só assim mantêm-se a imagem de heroísmo e honestidade do povo brasileiro e desmascara-se os traidores da pátria.



Reunião do Alto Comando: nomeando presidentes e deliberando sobre a política



Centro de Documentação e Informação da Fundação Nacional de Segurança Nacional

15 mil pessoas no ato pela reforma agrária em Salvador

Salvador viveu na tarde do dia 26 de setembro uma de suas maiores manifestações de massas. Cerca de 15 mil baianos foram às ruas defender a aplicação imediata da reforma agrária. A Fetag-BA deu uma lição de mobilização ao trazer 5 mil trabalhadores rurais de 180 municípios. Também participaram operários, funcionários, bancários, estudantes e moradores da periferia.

A cidade amanheceu com um colorido diferente. Nas ruas dezenas de faixas anunciavam o ato e as mais variadas mensagens de apoio à reforma agrária. Quatro carros de som cedidos pelo PC do B, Sindiquímica e pelo comitê do candidato a prefeito pelo PMDB de Salvador, Mário Kertesz, chamavam a população.

A manifestação foi convocada pela Contag (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura); Fetag-Bahia (Federação dos Trabalhadores na Agricultura) e entidades que fazem parte do Mara (Movimento de Apoio à Reforma Agrária). O objetivo do ato foi a defesa da imediata aplicação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) do governo, como foi apresentado durante o 4º Congresso da Contag, em Brasília.

"TERRA PARA POSSEIROS"

A caminhada saiu do Campo Grande e foi até a Praça Municipal. Os trabalhadores rurais carregavam faixas com suas reivindicações: "Terra para posseiros, cadeia para grileiros"; "Pela imediata aplicação do PNRA"; "Respeito às terras indígenas". A manifestação foi acompanhada por deputados estaduais e vereadores do PMDB, pelo superintendente do Inamps, Luís Leal; coordenador regional do Inbra, José Carlos Arruti; o presidente da Contag, José Francisco da Silva, e os diretores das Fetag, Aurelino Bastos da Guarda, Aloísio Carneiro, Francisco Lino, Wilson Furtado e Edeltrudes Martins de Souza.

No palanque armado na Praça Municipal houve um verdadeiro comício em defesa da reforma agrária. Aurelino Bastos da Guarda, presidente da Fetag, defendeu a imediata aplicação do PNRA. Renildo de Souza, secretário do Sindicato dos Metalúrgicos, falou em nome do PC do B, PMDB e PT também falaram. Péricles de Souza, discursando em nome do PC do B, entusiasmou a multidão ao destacar a participação do partido nas lutas camponesas. E citou os exemplos de Por-

catu, Trombas, Formoso, Araguaia e recentemente no Poxim e Sarampo, na Bahia.

No final falou José Francisco da Silva, presidente da Contag, que destacou a participação ativa dos trabalhadores do campo na luta pelo fim do regime militar, nas grandes manifestações pelas diretas-já e na construção da Nova República. José Francisco disse que a Contag, Fetags, sindicatos e os trabalhadores exigem da Nova República e do presidente José Sarney o cumprimento dos compromissos assumidos em praça pública. Em especial, citou, o combate à inflação, à fome, ao desemprego e a realização da reforma agrária.

PRESENÇA DO PC DO B

O Partido Comunista do Brasil também não mediu esforços para o sucesso deste ato. Seus militantes de Salvador e do interior ajudaram tanto na colagem de cartazes como reforçando a organização de caravanas dos municípios, bairros, das fábricas e escolas. No final do ato, cerca de 200 trabalhadores rurais de vários municípios ingressaram no PC do B, reforçando o partido na luta pela efetivação das mudanças no país. (da sucursal)

Não iludam os sem-terras

O monopólio da terra no Brasil tem suas origens nas capitâncias hereditárias, passando pelas sesmarias e chega aos dias atuais reforçado pelos 21 anos de regime militar. A ideia da reforma agrária em nosso país se iniciou no período abolicionista, quando André Rebouças pregava o fim do latifúndio como medida complementar à abolição da escravidão. O PC do Brasil, a partir de seu 3º Congresso, em 1928, incorporou no seu programa "o confisco das terras para solução do problema no país".

As massas de camponeses assalariados e pequenos proprietários defendem a realização no Brasil de uma reforma agrária antilatifundiária. E esta bandeira de luta conta com efetivo apoio do PC do B, o movimento sindical urbano e de expressivos setores democráticos do país.

UM PASSO POSITIVO

O governo da Nova República apresentou aos trabalhadores rurais, reunidos em Brasília durante o 4º Congresso da Contag, em maio deste ano, a "proposta para elaboração do 1º PNRA". Apesar de ser tímido, insuficiente e aquém das necessidades e aspirações dos mais de 12 milhões de sem terras, contou com o apoio da Contag, do movimento sindical de trabalhadores rurais, dos operários, estudantes e outros setores sociais. Este pode ser um primeiro passo positivo rumo à solução dos graves problemas

econômicos, políticos e sociais em que os generais mergulharam o Brasil.

Desde maio os latifundiários, grileiros e seus serviços rugem ameaças à Nova República, ataçando mais ainda, contra os trabalhadores rurais e seus aliados, os jagunços e pistoleiros de aluguel. O governo Sarney parece ter-se arrepiado com o tom desafiador e chantagista dos grileiros e latifundiários. Em resposta, os setores que defendem a efetiva realização da reforma agrária se lançaram às ruas do país, realizando manifestações de massas. A cada ato, reúne-se maior número de pessoas.

BANDEIRA DA ESPERANÇA

O presidente Sarney e seu governo precisam ser sensíveis, não ao terrorismo dos latifundiários, mas aos gritos que vêm dos trabalhadores sem terra. A bandeira da reforma agrária tremula esperançosa nos campos brasileiros e nas grandes cidades, hasteada num solo irrigado pelo sangue de trabalhadores rurais, dos comunistas, religiosos, advogados e democratas.

Que o governo da Nova República não frustre nem iluda as massas de milhões de camponeses e trabalhadores rurais. Pois, não foi para o carnaval que eles fizeram o refrão, cantado durante a última Conclat, em Praia Grande: "O povo pela terra, é capaz de ir a guerra". (Arthur de Paula, presidente do Ceata - Centro de Apoio ao Trabalhador Agrícola)



Expressiva presença da categoria na festa de lançamento da Chapa 2

Condutores de ônibus renovam seu Sindicato

Acontecimento de relevância para os aproximadamente 80 mil condutores de veículos rodoviários e anexos de São Paulo, Itapeirica da Serra e Osasco ocorrerá em meados de outubro: a eleição para nova diretoria do seu sindicato. Categoria chave na capital paulista, ela tem inúmeros problemas, mas não conta com uma direção sindical a altura de suas lutas.

Entre os 80 mil condutores, cerca de 45 mil trabalham nos transportes coletivos da região metropolitana de São Paulo e formam exatamente o setor estratégico da categoria. Empregados nas 38 empresas particulares de ônibus e na CMTC (Companhia Municipal de Transportes Coletivos), os trabalhadores são vítimas de brutal exploração.

Na maioria das empresas particulares funciona há cerca de dois anos um falso sistema de 4 horas de jornada de trabalho - forma encontrada pelos patrões para desrespeitar o piso salarial da categoria. Na realidade os funcionários trabalham a jornada prevista em acordo, mas são obrigados a ficar à disposição das firmas, retornando no turno seguinte. "A verdade - comenta Adalberto Bezerra, o encabeçador da Chapa 2, de oposição sindical - é que a maior parte da categoria trabalha mais de 10 horas diárias, sem receber as horas-extras e outros direitos".

DISTÚRBIOS MENTAIS

Os empresários sedentos de lucros, utilizam-se das formas mais perversas para explorar os motoristas e cobradores. Chegam a cobrar dos funcionários as peças quebradas dos veículos, mesmo as desgastadas naturalmente. Trabalhando diariamente em ônibus desconfortáveis e enfrentando o trânsito infernal da capital, muitos vão parar nos hospitais e clínicas psiquiátricas com pouco tempo de empresa.

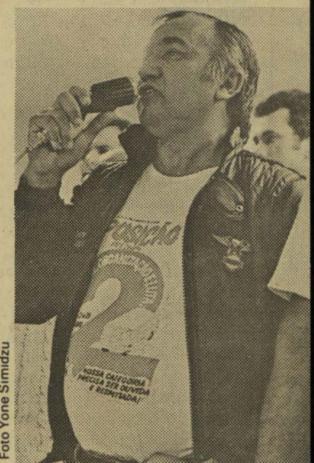
Eurico Vieira, integrante da Chapa 2 e funcionário da CMTC, lembra o caso de um companheiro da garagem do Catumbi que teve problemas nervosos, foi internado e demitido. "O Urubu Malandro, como era apelidado pelo pessoal, ficou completamente louco com o trabalho. Parava o ônibus no meio da rua e ia empinar pipas com a garotada. Esse é um caso extremo, mas tem muita gente com tensão nervosa no nosso meio".

Já na CMTC, empresa do governo, apesar dos salários superiores e de não existir a falsa jornada de 4 horas, os 18 mil funcionários enfrentam o problema da rígida disciplina de trabalho. "A firma exige muito mais dos empregados. Para se tornar uma firma padrão, mas sacra os trabalhadores", afirma Miguel Lopes, membro da chapa oposicionista.

DIREÇÃO SEM CRÉDITO

Diante desse quadro de violenta exploração, a categoria tem se rebelado. São constantes as paralisações localizadas, os quebra-quebras nas garagens, assim como há vários anos é decretada a greve geral no setor. Mas, na maioria dos casos, as lutas têm forte dose de espontaneísmo, resultando em movimentações parciais, geralmente acompanhadas com violência, que desgastam o conjunto da categoria.

Um dos fatores que explica essa debilidade organizativa é a atuação da atual diretoria do Sindicato dos Condutores. Esta não investe na elevação do nível de organização e mobilização da classe, ficando quase sempre a reboque das lutas da categoria. O resultado é mais combates locais para evitar o combate classista. Exemplo disso ocorreu



Adalberto: "unir a categoria"

em 21 de julho de 1983, na greve geral contra o arrocho do regime militar. Os dirigentes do sindicato chegaram ao deslante de visitar a Polícia Federal para solicitar policiamento ostensivo nos ônibus.

A diretoria sindical não respeita sequer as decisões soberanas da categoria. Donizetti Hernandez, funcionário do ECT, lembra que na assembléia da decretação da greve de 2 de maio último, ouviu de um diretor que iria dormir em casa "porque pra ele a greve era furada". Na madrugada seguinte, nenhum dirigente sindical foi visto nos piquetes das garagens.

LÍDERES RESPEITADOS

Para mudar esta situação de descrédito da entidade, e colocá-la a altura das necessidades da categoria, foi formada a Chapa 2, de oposição. Ela é composta por respeitados ativistas, conhecidos por sua combatividade e dedicação. Vários deles são perseguidos por sua atuação em defesa da classe, como é o caso do popular Serrinha (Antônio Nascimento), que já foi demitido de mais de 10 empresas do setor.

Concorrem ao pleito, em meados de outubro, mais duas chapas. A 1 é continuada da atuação da atual diretoria e, ainda, piorada. Nela foram incluídas várias pessoas que nunca tiveram vida sindical. Já a chapa 3, articulada por setores petistas, é fruto de uma hábil manobra da diretoria para dividir os votos oposicionistas. Segundo informações seguras, a diretoria ofereceu Cr\$ 50 milhões para sua campanha eleitoral. Nem mesmo o PT e a CUT apóiam formalmente esta articulação divisionista.

Adalberto lembra que recentemente um membro da falsa chapa oposicionista, Assis Nascimento, foi visto pregando cartazes da Chapa 1. Já Eurico recorda que por duas vezes ouviu de Luizinho, encabeçador da Chapa 3, as seguintes palavras: "Vamos formar nossa chapa mesmo que seja para perder. No mínimo asseguramos a vitória da diretoria e a derrota de vocês". Vários motoristas da CMTC testemunharam a cínica declaração.

Apesar da manobra diversionista, os integrantes da verdadeira oposição, Chapa 2, estão confiantes na vitória. Na festa de lançamento da chapa, em setembro, mais de 2 mil motoristas e cobradores presentes demonstraram o respaldo que ela tem na base. Foi este sentimento oposicionista nas garagens e poucos acreditam na chapa divisionista.



O grito pela reforma agrária ecoou pelas ruas de Salvador durante a manifestação do dia 26

Favelados de S. Paulo fazem congresso

Os favelados de São Paulo realizaram no dia 29 de outubro o seu 2º Congresso, no Ginásio do Pacaembu. Cerca de 4 mil pessoas discutiram o problema da moradia e suas principais resoluções foram sobre a questão da urbanização das favelas e a regularização da posse da terra. O congresso foi encerrado com a presença do candidato do PMDB à prefeitura, Fernando Henrique Cardoso.

O 2º Congresso de Favelas foi promovido pelo Conselho Coordenador das Favelas de São Paulo e reuniu cerca de 700 dos 1.200 núcleos de favelados da capital paulista. Houve um grande avanço, principalmente na sua preparação e quanto ao número de presentes, se comparados com o 1º Congresso, realizado no ano passado e que reuniu não mais do que 1.500 pessoas. Mas, por



Os favelados foram ao Congresso lutar pelo direito à moradia

municipal. Nesse seminário foram elaboradas as propostas apresentadas durante o 2º Congresso. As questões mais importantes aprovadas foram sobre a urbanização das favelas, sobre a construção de moradias e sobre a posse da terra. A Constituinte também foi um tema discutido pelos favelados. Eles querem ver garantidos na nova Constituição "que o direito à moradia a todos os brasileiros seja um dever assegurado pelo Estado".

OCUPAR AS ÁREAS VAZIAS

São Paulo apresenta alguns contrastes violentos. Enquanto 40% da superfície do município são de terrenos vazios, na maior parte na mão de especuladores imobiliários, cerca de 15% da população se comprime em favelas, nos piores terrenos: beiras de córregos, encostas e lixões.

Diante destes fatos, o congresso tomou como uma de suas diretrizes que os favelados ocupem as áreas vazias. Estas ocupações deverão ser feitas com "a participação do povo interessado e dirigido pelas associações de moradores". Ao mesmo tempo deverão ser regularizadas a posse da terra para aqueles que já estejam instalados nas favelas, tanto para os que estão em áreas públicas como os que ocupam as áreas de propriedade privada.

As eleições municipais estão

ai e nas favelas também é um assunto debatido. O prefeito Mário Covas tem atendido várias reivindicações dos favelados e por isso foi muito aplaudido, junto com Fernando Henrique, quando compareceu ao 2º Congresso das Favelas.

"O pessoal da favela acha que o Mário Covas foi o melhor prefeito dos últimos tempos", explica Milton. Sá de Souza, morador da favela da Vila Joinha, em São Miguel Paulista. E acrescenta: "Lá a maioria está com Fernando Henrique". O vendedor ambulante Levi Inácio da Silva, presidente da Sociedade Amigos da Favela Jardim Três Estrelas, na Zona Sul, explica porque está apoiando o candidato do PMDB: "Ganhamos agora uma creche e nós trouxemos até à nossa comunidade uma linha de ônibus da CMTC. Também temos perto um Posto de Saúde e uma escola". Levi conclui: "Agora queremos a medição do terreno e o título da terra".

No encerramento do Congresso, entre faixas apoiando a sua candidatura e muitas palmas, Fernando Henrique reconheceu que a população favelada é a mais carente e que ela "briga e exige seus direitos na luta". E prometeu: "Nos vamos dar mais escolas, mais transporte e mais segurança na favela".

Visões que se confrontam sobre o pacto sindical

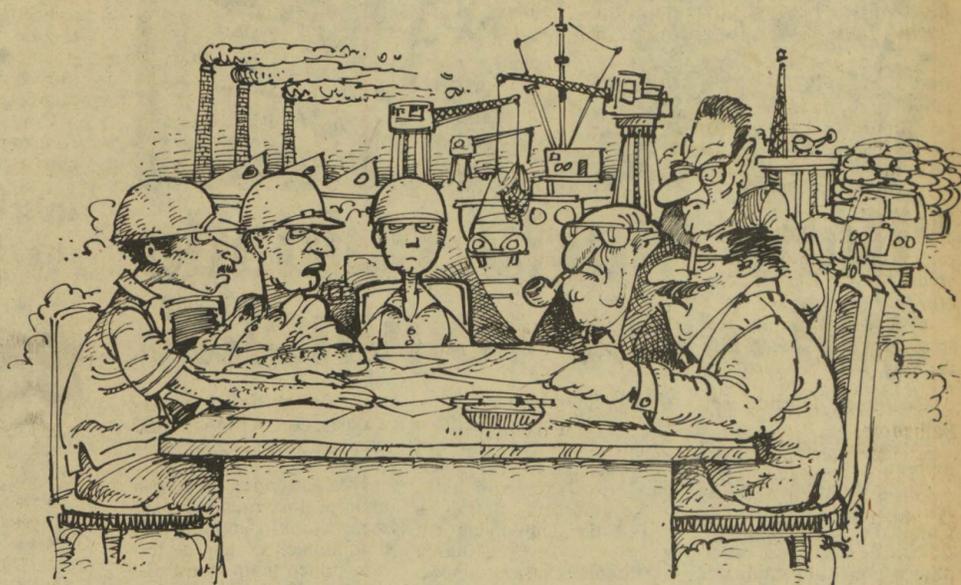
Entre marchas e contramarchas, o debate sobre o chamado pacto social vai se impondo. Ganha destaque, todos os dias, nos órgãos de comunicação. Afinal, que pacto é esse? E quais os interesses que orientam a posição dos personagens coletivos presentes na discussão?

O assunto se complica porque, nos últimos meses, a palavra pacto foi usada com diferentes sentidos.

Tancredo Neves falava num pacto social ao advogar um "acordão", político e sócio-econômico, de longo fôlego, entre todas as classes sociais e correntes políticas. Apresentava como modelo o "Pacto de La Moncloa", que deu sustento à transição conservadora na Espanha em 1976. A idéia não prosperou, e parece que desistiram de ressuscitá-la.

José Sarney propôs em julho um pacto nacional, que seria um acordo político, entre os partidos, para respaldar a Nova República e o seu governo. Mas também este esbarrou em resistências, dentro e fora do PMDB, esperando agora o resultado das urnas de 85 para ver que rumo toma.

Agora, o presidente da República volta a advogar um pacto ou entendimento social (não faz questão do nome), porém com um sentimento mais limitado e pre-



ciso. Seria um compromisso entre patrões, governo e assalariados, para tratar questões de tipo trabalhista, salários, emprego e outras, e facilitar o combate à inflação. Ou seja, um

pacto sindical.

A posição governamental, contudo, não é uniforme nem está livre de contradições. Para começar, o governo, que se propõe a mediar as negociações, é também patrão - o maior, e às vezes um dos piores, que o digam as vítimas do ministro Antonio Carlos Magalhães.

Há também manifestações desencontradas sobre o assunto na equipe de governo. Como as dos ministros Almir Pazzianotto, do Trabalho, e Dárcos Funaro, da Fazenda, aconselhando em vez de um acordo definitivo um simples "formulário de intenções" - quem sabe destinado a ser visto pelos patrões da mesma forma que o "acordo de cavalheiros" sobre a carne.

Ocorre ainda uma bateria cerrada de ataques governamentais contra o reajuste trimestral, atualmente a principal exigência dos assalariados, o que certamente não é um incentivo à efetivação das negociações.

Em síntese, o presidente Sarney parece de fato porre-nhado na proposta, inclusive por motivos de ordem política mais geral. Enquanto uns tantos membros da sua equipe não se afinam pelo diapasão presidencial.

Patrões querem que só vigore a Lei do Cão

Já os patrões, a despeito de alguma declaração formal, não querem saber de acordo, pacto, negociação ou o que seja, exceto uma capitulação dos trabalhadores. Todo o esforço patronal, este ano, se concentra em mostrar que com ou sem Nova República a lei que rege as relações entre capital e trabalho continua a mesma - a Lei do Cão.

Isto já se manifestou nas greves de abril/maio. Repetiu-se no movimento dos bancários. E volta agora, nas conversações das campanhas salariais do fim de ano. Para o presidente da mais poderosa das organizações patronais, Luís Eulálio Vidigal, "se o governo conceder a trimestralidade estará cometendo um crime de lesa-pátria" (!).

E os trabalhadores? Sob a Nova República, eles redobram a luta pela recuperação de seus salários e seus direitos. Os movimentos grevistas têm alcançado enorme amplitude, e alguns êxitos. E não cessam. Agora mesmo houve a greve dos metalúrgicos do Rio de Janeiro, enquanto os de São Paulo se preparam para fazer o mesmo se necessário. (Veja o quadro)

Hipocritamente, a mídia burguesa reflete esta realidade con-

forme "O Estado de São Paulo" estampou em manchete no dia 2: "Governo quer pacto. Os sindicatos, greve". O que desejam então os senhores capitalistas? Que à simples menção de negociações os assalariados desistam de lutar? Pelo contrário, as lutas atuais só podem reforçar um eventual resultado que não seja um "acordo" entre a corda e o enforcado, como desejam os capitalistas. E a própria negociação no fundo é uma forma específica de manifestação do conflito entre o capital e o trabalho - forma que exige, como as demais, uma mobilização intensa e combativa.

Reivindicação do trimestral ganha impulso

Sob o impulso das lutas e a pressão das bases, a Conclat e a CUT começam finalmente a ensaiar iniciativas de unidade na luta. Foi assim na greve dos bancários em setembro. E também agora, com a articulação unitária dos 19 sindicatos de São Paulo que se encontram em campanha. As bandeiras do movimento também se unificam, com uma impressionante coesão. A reivindicação do reajuste trimestral, sobretudo, se impõe com a força de uma maré montante. De nada adianta capitalistas e membros do governo virem a público com hipocrisia para declarar que isso provocaria inflação ainda maior. Se os próprios preços que o governo fixa, como o da eletricidade, são reajustados a cada mês; se os produtos dos capitalistas vão no mesmo ritmo; se a burguesia hoje praticamente não usa o cruzeiro como moeda, mas sim as ORTNs, reajustáveis mensalmente, por que só os salários são congelados por todo um semestre? **Bernardo Joffily**

A escadinha dos salários e a decolagem da inflação

Como a inflação sobe todo dia e o salário não sobe mais, há uma brutal perda do poder aquisitivo do trabalhador, representada no gráfico pela área cinza



João Batista, da Oposição Metalúrgica: este placar pode virar

Caso de suborno para confundir eleição na Ford

Os metalúrgicos de Taubaté, importante centro operário do Vale do Paraíba, em São Paulo (16 mil na categoria), votam entre os dias 7 e 10 no segundo turno da eleição de seu sindicato. No primeiro turno, com um resultado apertado, a chapa da situação usou o apoio da empresa, intensa lavagem cerebral anticomunista e até Cr\$ 15 milhões de suborno!

O episódio de suborno, conforme se pôde apurar, teve como alvo Aires José Braga, que por seu passado de luta, inclusive como cipeiro e membro da Comissão de Fábrica da Ford de Taubaté, havia sido escolhido para candidato a vice-presidente pela Chapa 2, Oposição Metalúrgica.

Na segunda-feira, dia 16 de setembro, às 3 horas da tarde, o atual presidente do sindicato, Luís Carlos, mandou retirar no banco, da conta da própria entidade, um cheque de Cr\$ 15 milhões. Uma hora depois, na sede do sindicato, e em presença do vereador Arnaldo Ferreira, Luís Carlos fazia o oferecimento de suborno a Aires.

A partir daí, Aires, que durante a campanha já havia manifestado vacilações, se deixou envolver pela jogada situacionista. Às vésperas da eleição, aceitou assinar um panfleto, que foi distribuído na Ford, atacando a Oposição Metalúrgica, acusando-a de ser manejada por comunistas.

A MODA AMERICANA

Este estilo de sindicalismo, corrompido, venal e contaminado pela indústria do anticomunismo, lembra de perto os vícios que fazem a desgraça do movimento sindical norte-americano. No Brasil, sempre foi um estilo repudiado pelos trabalhadores conscientes. Estes sabem que corrupção e anticomunismo são armas dos ditadores militares, dos exploradores multinacionais, porém jamais de um líder sindical honesto.

Lamentavelmente, outros métodos do sindicalismo-gangster dos EUA foram também usados pela Chapa 1. Como por exemplo a truculência, com cabos eleitorais ostensivamente arma-

dos. Ou a pressão das chefias das empresas em especial na Ford, "por coincidência" uma multinacional norte-americana. A união Ford-Luís Carlos chegou ao ponto de Ciro e Hélio Moroti, dois funcionários do RI (Relações Industriais) da empresa, irem pessoalmente à apuração para torcer pela chapa da situação.

MOMENTO DA VIRADA

A deserção de Aires, às vésperas da votação, terminou confundindo os metalúrgicos da Ford, que deram 910 votos à Chapa 1, contra 367 para a Oposição. Em todas as fábricas, exceto duas, a Chapa 2 foi a mais votada. Porém no resultado geral a situação, graças à confusão na Ford, conseguiu uma pequena vantagem de 316 votos num total de 5.077 (apenas 6 por cento).

A Oposição Metalúrgica de Taubaté considera que é possível virar este placar na segunda votação. Encabeçada por João Batista Rodrigues, da Volkswagen (onde a Chapa 2 venceu por 608 votos a 168), ela partiu para um trabalho intenso de esclarecimento dos operários, pois é justamente em episódios deste tipo que eles forjam sua consciência de classe.

Os sinais de que a categoria sabe aprender com sua experiência não tardaram a surgir, inclusive dentro da própria Ford. Os trabalhadores desta empresa têm tradição de luta e também estão descontentes com a conduta do Sindicato sob a direção de Luís Carlos. Na quarta-feira, um membro da CIPA da empresa dava um exemplo. "Eu votei na Um, mas agora vou votar é na Dois", declarava ele, encorajado pela votação expressiva da Oposição Metalúrgica e consciente de que chegou a hora da virada.

Hora de tomar a dianteira

Qual deve ser a posição dos operários e demais assalariados perante o tão falado pacto? Esta tornou-se a questão número um na pauta do movimento sindical. Ela põe à prova a firmeza, espírito de classe, unidade e honestidade do nosso sindicalismo - e também sua competência para não deixar escapar as chances de avanço que o movimento nacional cria.

Alguns sindicalistas caem no falso dilema de definir a priori, se devemos ser contra ou a favor de um pacto que ainda nem existe. Ora, responder sim seria assinar uma folha em branco e entregá-la aos patrões e ao governo. E dizer não é como rasgar a folha antes mesmo de ir à luta para que constem nela as reivindicações dos assalariados.

Os que recusam qualquer negociação, antes dela começar, esquecem que sob o capitalismo os trabalhadores constantemente estão entrando em acordo com os patrões. Uma greve, por exemplo, visa exatamente obter um acordo mais favorável, e não o fim da exploração patronal.

Outros solicitam que o governo apresente primeiro suas propostas, para então discutí-las. Isto também não faz sentido. Por que deixar a iniciativa com o governo? Isto só serviria para nos deixar já de início na defensiva, debatendo em torno de propostas que não são as nossas.

Discute-se ainda o nome - pacto, entendimento, acordo ou outro. Para setores consideráveis a palavra pacto cheira a tração. Mas o que interesse é menos o rótulo e mais o conteúdo. Qual a atitude a tomar diante da questão concreta que está colocada?

O QUE QUEREMOS

Pensamos que nós, trabalhadores, em unidade, devemos dizer ao governo e aos patrões: Muito bem, vamos para a mesa, as três partes, dispostos a negociar, a fazer concessões mútuas. É possível um acordo? Sim. Desde que haja de fato disposição de negociar. E lembrar, como disse o presidente Sarney, que o povo chegou no limite do suportável.

E os senhores capitalistas, o que cederiam, após estes 21 anos de arrocho sobre nós. Queremos deles, em primeiro lugar, a trimestralidade e a reposição salarial para todos os assalariados. É ponto de honra.

Queremos a jornada de 40 horas semanais, já conquistada em tantos países, benéfica para o combate ao desemprego e, atualmente, uma reivindicação expressa da

PONTO DE VISTA SINDICAL

João Batista Lemos



quase totalidade das categorias assalariadas.

Enquanto vigora o acordo, é preciso que tenhamos estabilidade no emprego. Se não, ficamos todos à mercê deste perverso rompimento unilateral do contrato trabalhador-patrão, que se chama demissão.

Por fim, queremos o reconhecimento de nosso direito às comissões de trabalhadores em cada empresa, até como instrumento indispensável para fiscalizar e garantir o cumprimento do acordo por parte dos patrões.

O governo também precisaria entrar com sua parte: teria de acaminhar um projeto de lei sacramentando a trimestralidade para todos; outro garantindo as comissões de empresa; e teria de cumprir o acertado também em relação aos funcionários públicos e aos empregados das estatais.

E SE NÃO HÁ ACORDO?

Interessa aos trabalhadores deflagrar uma negociação em torno de pontos como estes, concretos, unitários, de nossa iniciativa. Nada temos a perder. Caso os patrões e/ou o governo se mostrem inflexíveis, nada nos obriga a aceitar um compromisso desfavorável. Ao contrário, teríamos então melhores condições de massas para usar outras formas de luta.

Sim, porque a negociação - todo sindicalista tem prática disso - é também uma expressão do conflito entre explorados e exploradores, onde só se avança e se vence com a base fortemente mobilizada.

Numa iniciativa assim é preciso que a representação dos assalariados nas negociações seja legítima, honrada, não se venda nem se renda - e que fale uma mesma língua, por cima das divisões entre CUT e Conclat. Será que isto é possível? A grande greve nacional dos bancários, que hoje aparece como referência para os trabalhadores. É muito forte a pressão em favor da unidade na luta, que vem do baixo, da massa. A própria vida unifica também as reivindicações. Por este caminho, avançaremos.

Químicos de Suzano lutam por salários

Uma das maiores assembleias dos químicos de Suzano São Paulo, foi realizada no dia 27, no sindicato da categoria, que está em plena campanha salarial. Durante a semana, os patrões, em especial a multinacional Hoechst, intensificaram suas tentativas de desmobilizar os trabalhadores. A Hoechst chegou a distribuir canetas e camisetas e promover uma festa, em sua vã tentativa de esmaecer a combatividade dos operários.

O gerente de relações industriais dessa multinacional, Sebastião Cardoso do Nascimento, com mais três comparsas, vinha articulando um abaixo-assinado reivindicando aumento para os operários, visando frustrar a campanha do sindicato. O representante dos patrões dizia que "o sindi-

cato é muito radical" e que por isso a empresa não concedia aumento.

Mas os operários reconheceram o trabalho da diretoria sindical e compareceram em massa à assembleia. Repudiaram, com decisão, todas as tentativas dos paus-mandados dos patrões de tumultuar a reunião. Tanto Francisco Rosa, candidato derrotado às eleições sindicais, com sua falsa afirmação de que a diretoria não fez a prestação de contas, como também Orozimbo de Oliveira, chefe da Segurança Patrimonial e da repressão, além de alguns supervisores de segurança da empresa, viram que não tinham como impedir a organização e a participação dos trabalhadores na luta por melhores salários e condições dignas de trabalho. **(da sucursal)**



“Dona Maria, cuidado que Jânio renuncia”

“Mulher, defenda seu direito. Fernando Henrique prá prefeito”.

Assim começou a manifestação das mulheres do Comitê Feminino Suprapartidário de apoio ao candidato a prefeitura municipal de S. Paulo, Fernando Henrique Cardoso.

Alegres, com flores coloridas, as mulheres de S. Paulo conquistaram mais uma vez a simpatia da população quando se reuniram em frente ao Teatro Municipal, às 16:00hs no dia 27 de setembro.

Ao ritmo de palavras de ordem como “A creche é um direito, Fernando Henrique prá prefeito”, música carnavalesca como “Eloá, oh Eloá, avisa o Jânio, que o Fernando vai ganhar”, ou então a tradicional marchinha “O abre alas pro Fernando entrar, a prefeitura é o seu lugar, Fernando Henrique é quem vai ganhar”, as mulheres saíram em passeata pelas ruas do centro da

cidade. E também não faltaram os discursos. Todo o Brasil está de olho em S. Paulo. As eleições municipais que ocorrerão no dia 15 de novembro vão definir os rumos da democracia em nosso país. A Constituinte livre e soberana, a suspensão do pagamento da dívida externa, a reforma agrária, são passos importantes para colocar nosso país nos trilhos da liberdade e independência. Por isso temos que eleger o candidato Fernando Henrique, comprometido com as lutas democráticas.

E porque somos nós mulheres que melhor conhecemos os problemas de nossa cidade, exigimos creches para nossas crianças em todos os bairros, postos de saúde com atendimento às mulheres em todas as idades, na infância, adolescência e na velhice, com exame ginecológico completo. Queremos ainda ter garantida a segurança para nós e nossa família, iluminação nas

ruas, ônibus na porta, mais escolas, cursos profissionalizantes e supletivos.

Nós entendemos que a maioria dos votos indecisos seja eleitorado feminino pois nós, mulheres, além de termos pouco tempo para discutir política, devido às nossas ocupações domésticas e fora de casa, temos assumido uma grande responsabilidade perante a família e a sociedade. Nosso voto é coisa ainda mais séria. Temos que escolher bem nosso candidato. Por isso, fizemos a manifestação de mulheres, que terminou na Praça da Sé e contou com a presença constante da D. Lila Covas, da vereadora Ida Maria e da presidenta e vice do Conselho Estadual da Condição Feminina, Eva Blay e Alda Marco Antônio e de adesões espontâneas de mulheres que passavam pela cidade. (M. Amélia de Almeida Teles - pres. da União de Mulheres de São Paulo - SP)

Conselho discute situação do menor de 0 a 6 anos

O Conselho Estadual da Condição Feminina de S. Paulo realizará nos dias 10 e 11 de outubro próximo o Encontro “A criança de 0 a 6 anos”, com o objetivo de aprofundar as condições, formas e propostas de atendimento para a população desta faixa etária que representa mais de 24 milhões de brasileiros.

Conterá no primeiro dia com exposições sobre o tema com a presença de figuras de

destaque, como Maria Malta Campos, Fúlvia Rosemberg e Eva Blay. No segundo dia será discutido e entregue ao Sr. Ministro do Trabalho, Almir Pazianoto, o projeto de lei que visa alterar os artigos da CLT referentes a creche.

O Conselho Estadual da Condição Feminina de SP convida o público para o Encontro que será no Auditório Caetano de Campos, Praça da República, 53 das 9:00 às 17:00hs

a criança de 0 a 6 anos



Conselho da Condição Feminina quer ajudar as crianças

Jardim Dona Luiza não tem nem ônibus

O bairro Jardim Dona Luiza, em Guarulhos, São Paulo, abriga muitos trabalhadores, pessoas de baixa renda e, por isso mesmo, vive cheio de problemas. Nós, moradores, há tempos estamos reivindicando das autoridades a construção de um Posto de Saúde local, melhorias de ruas, uma passarela e um grupo escolar, entre muitas outras coisas. Apesar das promessas, até hoje nada foi feito no sentido de beneficiar o bairro que, a cada dia que passa, fica mais carente.

São grandes também os transtornos causados pela falta de transportes. Além de carente de várias obras básicas, como escola e posto de saúde, o que nos obriga a procurar por esses serviços em outros locais, o Jardim Dona Luiza não dispõe sequer de uma linha de ônibus. Quem necessita usar condução tem que ir até o Parque D. Pedro na capital, andar de 30 a 40 minutos a pé e, na maioria das vezes, esperar de uma a

duas horas pelos ônibus, que sempre passa superlotado. Por isto os moradores reivindicam uma linha de ônibus própria, o que vai beneficiar bairros vizinhos como Jardim Brasil, Jardim Centenário e Jardim Santo Afonso.

Apelamos para as autoridades porque sabemos que o atendimento dessas reivindicações é um direito dos moradores. Afinal, pagamos impostos, sempre em dia e somos, nós, os trabalhadores, que construímos as riquezas deste país. Estamos pedindo o que é nosso. O bairro necessita ainda de um supermercado, farmácia, padaria etc. Um carro da Cobal que passava por aqui, e que apesar de não vender barato facilitava as compras, foi retirado, ninguém sabe por qual razão. Esperamos que os nossos apelos sejam ouvidos e atendidos pelas autoridades, pois estamos desesperados. (Maria Pereira Domingos e Mário Carneiro dos Santos - Jardim Dona Luiza, Guarulhos - SP)

Sabra e Chatila são relembradas em SP

Há três anos atrás a humanidade ficava estupefata e revoltada diante das informações sobre o massacre de civis indefesos de nacionalidade libanesa e palestina nos campos de refugiados em Sabra e Chatila, promovidos pelas forças falangistas cristãs libanesas, estando a serviço do imperialismo norte-americano e seu serviçal mais direto, o sionismo israelense.

No último dia 17 de setembro, com o intuito de denunciar os verdadeiros responsáveis por este acontecimento cruel e criminoso, comparados aos crimes de guerra nazista, foi realizado no Plenário Teotônio Vilela na Assembléia Legislativa, um ato público contando com a participação de inúmeras entidades, entre as quais, nosso Sindicato que sempre se solidarizou com a luta de libertação de todos os povos, sendo que neste contexto se encontra o povo

palestino que não cometeu crime algum a não ser o de querer retornar a sua pátria, tão ferozmente roubada e pilhada por quem é contra o progresso e bem estar das nações.

Nossa solidariedade internacional para com o povo palestino se reafirmou com o envio de telegrama a Presidência da República e o Ministério das Relações Exteriores, do qual esperamos ser coerente em sua política externa, tomando como primeira medida prática oficializar e reconhecer o escritório da OLP em Brasília, assim como o Estado Palestino, sentimento este reclamado por todos nós patriotas e democratas brasileiros. Mas acima de tudo é necessário que todos nós abracemos esta luta, exigindo do governo brasileiro agilidade no cumprimento desta justa causa. (Antônio da Silva Ortega, diretor do Sindicato dos Metroviários de São Paulo)

V. Joinha saúda Fernando Henrique

A favela Vila Joinha e todas as favelas de São Paulo saúdam o prefeito Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, por terem dado provas, de que realmente são homens de fibras. São Paulo mudou e mudou prá melhor, graças ao governador do Estado de São Paulo, Franco Montoro, e o Prefeito Mário Covas. Que juntamente com seus homens de confiança, desde 1982, vem desempenhando na capital, nas periferias e no interior, grandes obras.

Na gestão passada no Governo passado, só vimos a calamidade, a repressão, e o autoritarismo, o desviado roubo da verba nos cofres públicos. Pouca beneficência, quase nada. Os operários não podiam manifestarem-se, isto significava rebeldia, a polícia era acionada imediatamente. O direito do trabalhador, do pobre e do favelado era sempre negado com cacetadas e batidas. Isso quando não eram presos e obrigados a confessar crimes e roubos que os mesmos nunca cometeram. Em 20 de agosto passado eu ouvi

do sr. Jânio Quadros: “Quando eleito fôr, e serei, vou fazer uma limpeza na CMTC, mandando muita gente embora. O meu segundo passo é acabar com as favelas de São Paulo.” Pelo visto o sr. Jânio, não toma vergonha na cara nunca. Muita gente se lembra como se fosse hoje, do papel fascista que este homem assumiu contra a nação. Na Presidência da República ele, Jânio Quadros, foi a peça fundamental, para o entreguismo do Brasil, ao Regime Militar. Este homem, o sr. Jânio Quadros, na minha opinião, jamais poderia exercer cargo político, seja de que espécie for em nosso país. Pois é através dele que os lobos da corrupção tomam de assalto o poder. E por isso caros irmãos nordestinos e paulistas, que temos o máximo cuidado de saber a quem podemos confiar o nosso voto. O meu é o seu voto, é coisa séria! Muita atenção e cuidado. Estas são as palavras de um miserável favelado. (União de Moradores da Favela Vila Joinha e seu Representante Milton Sá de Souza - São Paulo - SP)



fala o POVO

Mulheres paulistas realizaram uma significativa manifestação no centro da cidade em apoio ao candidato Fernando Henrique Cardoso. Atos como esse vêm se realizando em outras cidades brasileiras. As mulheres participam mais uma vez da vida política do país levando suas reivindicações e contribuindo para fortalecer os candidatos que consideram mais capazes nas eleições municipais de contribuir para resolver seus problemas. Com humor e originalidade, as mulheres conquistam passo a passo seu espaço e mostram que têm capacidade não só para lutar mas também para trabalhar nas novas prefeituras que serão eleitas pelo povo. Apostando no avanço, como ocorreu em S. Paulo. (Olivia Rangel)

Jânio é atraso

Todo dia vem um senhor falar na televisão que vai ser um bom prefeito que vai ter a solução. Mas eu tenho a certeza de que este senhor não entende de nada não!

Fala de democracia fala sem parar; diz que só com ele as coisas vão mudar. Mas não acreditamos disto tenho certeza; e em seus discursos não vejo nenhuma beleza.

Sr. Jânio dá licença não tenho dúvida não apoio o candidato da luta e emancipação Quero mudanças e você não! Quem apoia você está indo devagar quer é retrocesso e as mudanças parar

Estive em todos comícios das diretas prá mudar e você nem sequer apareceu fez de conta que morreu agora quer ressuscitar, O povo não vai acreditar!

Você nunca defendeu propostas democráticas sempre esteve fora na hora da virada. Agora você volta como alma penada De onde você saiu, de que cemitério foi que o Maluf e Delfim te buscaram em carro de boi?

Sr. Jânio, tenha dó deixe de tere-tê-tê, agora vou acreditar em você? A verdade um dia será dita, disso eu tenho certeza

Para encurtar a história, agora eu vou dizer o povo sofreu 20 anos por culpa de você que deixou ele na mão sem nenhuma explicação

Senhores eleitores, não se iludam não! O Jânio não tá com nada, vai perder a eleição Não vamos voltar ao passado vamos andar para frente Votar no Fernando Henrique E ficaremos contentes!

(Amigo da TO-São Paulo, SP)

Secundaristas de Curitiba realizam seu 6º Congresso

Realizou-se em Curitiba o 6º Congresso da União Municipal dos Estudantes, com cerca de 350 delegados representando mais de 30 escolas.

As discussões provaram que os jovens não têm mais medo de opinar e realmente querem lutar por um ensino público e gratuito, pelo grêmio livre, pela cultura e esporte e pela verdadeira independência nacional. No final, aos gritos de “UMES somos nós, nossa força e nossa voz”, foi eleita com esmagadora vitória a chapa Novo Tempo que derrotou um bando direitista e anarquista ditos independentes. No final a “Tchurma” comemorou uma grande vitória do movimento secundarista paranaense. (André Augusto Laroça - presidente e Cláudio Fieles, diretor de organização do movimento secundarista)

“Nunca houve ato do gênero na Sabesp”

Os funcionários da Sabesp e da Cetesb realizaram uma greve de 24 horas reivindicando 25,95% de antecipação salarial, INPC integral em novembro, 15% de reposição e adicional de insalubridade.

Segundo diretores do Sindicato, nunca houve uma manifestação do gênero na Sabesp, sendo a primeira vez que funcionários se deslocam de seu local de trabalho para realizar em ato público que reuniu cerca de 4 mil pessoas.

Os manifestantes se reuniram na porta da Sabesp e dali se dirigiram em passeata para a Cesteb. A mobilização concentrou-se na parte administrativa poupam o setor operacional para que a população não tivesse problemas quanto ao fornecimento de água.

O Sindicato da Purificação afirmou que a realização do ato público foi resultado da recusa da Sabesp em renunciar, marcando uma reunião justamente no dia da manifestação depois de ter recusado um encontro em data anteriormente pedida pelo Sindicato.

No dia 9 de novembro deverão se realizar novas conversações para decidir sobre o atendimento das reivindicações dos trabalhadores. Caso não sejam aten-



Trabalhadores da Sabesp: insalubridade é mais do que justo

didadas, poderá haver nova paralisação. (Nivaldo - diretor do Sindicato de Purificação-São Paulo, SP)

O milagre do prefeito reside em compra de gado

O milagre que o prefeito de São Luiz Gonzaga vem fazendo com o Fundo Participação reside na compra de gado, bebedeira e ampliação de suas numerosas fazendas.

O que está acontecendo mesmo no município é expulsão dos trabalhadores de suas terras, é polícia agredindo sindicalistas, invadindo a Igreja e pressionando o padre. É pistoleiro armado invadindo as reuniões do povo. O pior de tudo é que há uma corja de safados influenciados por esta

cúpula corrupta, que tentam atrapalhar as organizações do povo.

A Executiva do PMDB no município de São Luiz Gonzaga reuniu-se para apreciar a nota citada no jornal “Estadão” da cidade de Bacabal, nº 35, de 10 de setembro do corrente ano, para desmentir o “milagre” do prefeito Emanuel Carvalho e sua equipe, revelar sua incompetência e sua má administração. Desconhecemos todos os itens que constam das nota do jornal citado. O

que sabemos é que nossa agricultura é a pior do Estado. Quanto à saúde, até a vacinação em massa financiada pelo Governo Federal é mau distribuída. Nosso povo está cada vez mais doente e sem qualquer tipo de assistência médica.

São Luiz conta com numerosa população de crianças na faixa escolar. O prefeito até hoje nada fez para resolver este problema. Até mesmo os grupos escolares existentes se encontram com a terça parte fechada e deteriorados. (Amigos da TO-São Luiz Gonzaga, Maranhão)

Os cantos indígenas na voz de Marlui

Embora habitem há milênios estas terras, os índios nunca tiveram seus costumes e culturas respeitados e divulgados pelos colonizadores brancos. Mesmo na atualidade, a cultura indígena é menosprezada, relegada pela sociedade capitalista. Pois foi justamente nessa cultura que a cantora Marlui Miranda foi cimentar seu trabalho. Ela dedica-se, principalmente, à divulgação das músicas dos índios Suruis. Nesta entrevista à *Tribuna Operária* ela conta a sua experiência com a cultura indígena e denuncia o massacre cultural de que os índios são vítimas.

T.O. - Como você foi atraída para a arte indígena?

Marlui: Meu primeiro trabalho foi com músicas do grupo Krao. Eu não sabia direito o que era. Minha irmã estava trabalhando num filme, "A lenda de Ubirajara", e cantava essas canções. Ela me mostrou. Achei que valia a pena harmonizar aquelas músicas, mas não sabia sequer que língua era aquela. Mas fui pesquisando, descobrindo uma coisinha aqui, outra ali... Achei que dava para fazer um trabalho bonito com a arte indígena.

T.O. - Isso ocorreu em que ano?

Marlui: Foi em 1978. Eu achava que precisava ter um contato mais direto com os índios, conhecer o significado das músicas, conhecer um pouco o idioma etc. Isso me levou ao contato com os índios Suruis, de Rondônia. A antropóloga Betty Mindlin me ajudou muito no contato com eles. Com ela e com o fotógrafo Marcos Santilli fiz um trabalho sobre os Suruis e me aproximei mais do universo indígena.

T.O. - E como são as músicas deles?

Marlui: Acho a música indígena muito elaborada. É muito difícil cantá-la da forma como foi feita pelos índios. Ela pode ser monocórdia, aparentemente

meio linear. Mas depois de ter um contato maior, a gente começa a notar o nível de elaboração, a poliritmia total. A música indígena usa todos os compassos que se imaginar. E é também uma música funcional. Ela serve para todos os momentos da vida. Os índios também cantam por prazer, mas o prazer está sempre envolvido com uma função. Cantar para eles é uma coisa básica, fundamental. Eles têm cantigas de amor, de trabalho... Existem músicas, como as pagelaças, que não podem ser cantadas em qualquer ocasião. São músicas de cura, de chamar os espíritos. Só os iniciados podem cantá-las. Os índios fazem flautas para algumas festas. As flautas são vozes dos espíritos, e depois dos espíritos têm de voltar de onde vieram, e eles jogam as flautas no mato.

T.O. - É grande a influência indígena na música brasileira?

Marlui: Não. A influência é pequena. Pouca gente dá atenção para isso. Mas, por exemplo, a música "Canoa, canoa", do Milton Nascimento, obedece uma escala melódica que é tipicamente indígena. E a dificuldade do trabalho com a arte deles é grande. O índio pode registrar a sua música, por



Marlui Miranda entre os índios Paca As Novas: uma cultura que não tem espaço para divulgação nos meios de comunicação

exemplo. Para registrar, ele precisa do número do RG, da Carteira de Identidade. Mas se ele tirar o documento, ele fica "emancipado". Ocorre também que no Brasil um grupo étnico não pode ser considerado autor. Então é difícil até pagar o direito autoral deles. Se o artista coloca que a música é "adaptação" de canção indígena, 50% do direito autoral fica com o adaptador e outros 50% para entidades do governo. Não chega nada para o índio. No meu caso, busquei o aval dos Suruis para cantar suas coisas, para ter liberdade de recriar suas músicas.

T.O. - A cultura indígena é respeitada?

Marlui: De jeito nenhum. Existem inclusive religiosos, como os da Igreja Batista (muitos estrangeiros) que tentam catequizar os índios, fazendo um estrago cultural terrível. Os missionários falam que as crenças indígenas são coisas do diabo... Então os índios se escondem para cantar suas músicas, escondem seus instrumentos... Os salesianos, da Igreja Católica, atuam na mesma linha. Dão aulas de educação física para os índios... É um absurdo!



Marlui e Caio Marcondes executando instrumentos indígenas

Editora Anita Garibaldi abre livraria e espaço cultural

No próximo dia 11 será inaugurada a Livraria e Espaço Cultural da Editora Anita Garibaldi, às 19 horas, na avenida Brigadeiro Luís Antônio, 1511, num antigo sobradão. A inauguração contará com a presença dos escritores Ignácio de Loyola Brandão, Roniwalter Jatobá, Clóvis Moura, Luís Manfredini, e dos compositores e cantores Tom Zé e Itamar Corrêa.

isso já elaborou um calendário levando em conta os principais acontecimentos do mercado editorial até o final do ano.

Comprometidos com o objetivo de incentivar o gosto pela leitura, os diretores da Anita Garibaldi pretendem fazer da Livraria e do Espaço Cultural um ponto de encontro entre leitores e escritores.

A livraria exporá e venderá todos os títulos do que há de melhor em nosso mercado editorial, com destaque para a literatura brasileira e estrangeira e para as ciências humanas. Também terá uma seção de venda de posters, jornais, cartuns e discos.

A Livraria e Espaço Cultural Anita Garibaldi organizará, semanalmente, lançamentos de livros e discos. Para

LIVROS — REVISTAS — POSTERS
POSTAIS — DISCOS — CAMISETAS
EXPOSIÇÕES

ARE PAU BRASIL
ESPAÇO ALTERNATIVO

RUA VERGUEIRO, 923 - PARAÍSO - SP
(FRENTE AO CENTRO CULTURAL SP)
Fone: 279-0147 - CEP 01504
SEG. A SAB., 10 AS 23 HS.
DOM. 16 AS 23 HS.

O que há por traz da disputa Karpov x Kasparov?

Raras vezes se viu um *match* de xadrez tão disputado como este entre o campeão mundial Anatoly Karpov e seu desafiante, Garry Kasparov. Isto sem dúvida beneficia uma maior propagação e popularização do jogo. É o que acontece no Brasil, onde os jornais reproduzem as partidas e analisam os lances dos jogadores.

Karpov é campeão desde a desistência pelo título do norte-americano Robert Fischer, há dez anos. Está agora com 34 anos, tendo mantido o título já em quatro oportunidades: três contra Viktor Korchnoi e uma contra seu atual desafiante. Sempre foi tido como protegido da Federação Soviética de Xadrez, pelo menos desde que Korchnoi denunciou a pressão que sofreu por ocasião do primeiro encontro. Ele diz que foi obrigado a deixar o campeonato manter o título. Nesta época estava morando ainda na União Soviética, sendo que na primeira oportunidade que teve, pediu asilo à Holanda, quando de um torneio já realizado.

Neste *match* seu desafiante acusa o campeão de ter o mesmo tipo de "apoio", não só da Federação Soviética mas também da FIDE, que é a federação internacional. No primeiro

match, disputado entre os dois no começo deste ano, Karpov, depois de estar vencendo o encontro por cinco a zero, faltando apenas mais uma vitória para assegurar o título, não conseguiu impedir que Kasparov reagisse, vencendo três partidas.

Nesta altura, as duas federações resolveram simplesmente acabar com o *match*, alegando que os dois jogadores estavam esgotados fisicamente pelas 48 partidas em três meses de disputa. O campeão manteve, desse jeito, seu título através de uma "cartolagem".

Desta vez o número de partidas é limitado (24), sendo vitorioso aquele que vencer seis partidas ou que totalizar 12,5 pontos primeiro. Caso haja empate de 12 a 12, a coroa de louros permanecerá com Karpov.

O ódio com que os dois se entreolham durante as partidas, e a sistemática recusa de apertarem-se as mãos antes e depois dos jogos, praxe e demonstração de espírito esportivo na competição, é prova de que o xadrez não é necessariamente um "jogo de cavalheiros", como é dito por aí.

No Brasil, o problema do xadrez é a falta de apoio e divulgação maiores. Aqui o jogo-arte (Ninzovitch dizia que o xadrez é muito jogo para ser arte e muita arte para ser jogo) tenta sobreviver com seus minguados três mil adeptos.

Este número reduzido de diletantes é devido ao pouco ou quase inexistente apoio oficial que tem esse esporte. Uma das desculpas para a ausência de apoio é que o xadrez não leva multidões aos estádios. Mas o fato é que a maioria dos esportes amadores sofre do mesmo problema: não propicia um retorno político como o futebol.

(Charles de Toledo)



Karpov (à esquerda) e Kasparov nem se cumprimentam durante a competição

Tribuna Operária

- Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36-7531 (DDD 011). Telex: 0113113 TLOBR.
- Jornalista Responsável:** Pedro de Oliveira.
- Conselho de Direção:** Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel.
- ALAGOAS - Arapiraca:** Praça Luís Pereira Lima, 237, sobrelaje, CEP 57000. Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.
- AMAZONAS - Manaus:** Rua Simom Bolívar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000.
- BAHIA - Camacari:** Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800.
- Feira de Santana:** Av. Santos Dumont, 218 - Centro CEP 44100.
- Itabuna:** Av. do Cinqüentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600.
- Itapetinga:** Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro. Juazeiro: Rua América Alves, 6-A - CEP 44060.
- Paratinga:** Rua Pereira Mocaré, 96 - CEP 47500. Salvador: Rua Independência, 27 - Centro - CEP 40000.
- Simões Filho:** Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimed) - CEP 43700.
- DISTRITO FEDERAL - Brasília:** Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302.
- CEARÁ - Fortaleza:** Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguaçu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 79960. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.
- ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim:** Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300.
- Vitória:** Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000.
- GOIÁS - Goiânia:** Rua 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.
- MARANHÃO - São Luís:** Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 65000.
- MATO GROSSO - Cuiabá:** Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000.
- MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande:** Rua Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.
- MINAS GERAIS - Belo Horizonte:** Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000.
- PARÁ - Belém:** Rua Manoel Barata, 93 - CEP 66000.
- PARAIBA - João Pessoa:** Rua Duque de Caxias, 540, 2º andar, sala 201 - Caçador - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Rua Venâncio Neiva, 318, 1º andar - CEP 58100.
- PARANÁ - Curitiba:** Rua Tibagi, 428 - Fone: 234-7484 - CEP 80000. Londrina: Rua Serpente, 964, sala 206, 2º andar - CEP 86100.
- PIAUI - Teresina:** Rua Barroso, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000.
- PERNAMBUCO - Cabo:** Rua Vigiário Batista, 236, CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossago, 221, Boa Vista - CEP 50000.
- RIO GRANDE DO NORTE - Natal:** Av. Deodoro, 776 - Cidade Alta - R.N. CEP 59000.
- RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre:** Rua dos Andrades, 1204, 3º andar, sala 3 - CEP 90000. Caxias do Sul: Rua Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. Pelotas: Rua Andrada Neves 1589, sala 403 - CEP 96100.
- Cachoeirinha:** Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: Rua Dr. Bozano, 1147, sala 410 - Centro - CEP 97100. Rio Grande: Rua Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200.
- LUIS:** Rua 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchese, s. 23, 2º andar.
- RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro:** Rua Evaristo da Veiga, 16, sala 504 - CEP 20000. Niterói: Av. Amarel Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000.
- SANTA CATARINA - Florianópolis:** Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000.
- SÃO PAULO - Americana:** Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saravia, 448, fone: 2-4345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200.
- SERGIPE - Aracaju:** Av. Rio Branco, Edifício Ovidio Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.



Faça cinco assinaturas da Tribuna Operária e ganhe uma de brinde! Colabore com a Campanha Nova República da T.O.

Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

Anual (52 edições) Cr\$ 120.000
 Anual popular (52 edições) Cr\$ 60.000
 Semestral (26 edições) Cr\$ 60.000
 Semestral popular (26 edições) Cr\$ 30.000
 Trimestral (13 edições) Cr\$ 15.000
 Anual para o exterior(em dólares) US\$ 70

Nome:
 Endereço:
 Bairro:
 Cidade: CEP:
 Estado:
 Profissão:
 Data:

CDM
 Centro de Documentação e Memória
 Fundação Maurício Grabois



A adesão foi maciça. 90% dos operários pararam. A unidade, o espírito de luta e a firmeza nos piquetes explicam o sucesso da categoria, que realizou sua primeira greve geral desde 1979.

Vitória dos metalúrgicos no Rio

Encerrou-se vitoriosamente, dia 3, a greve dos metalúrgicos do Rio de Janeiro. Inicialmente os patrões mostraram-se intransigentes. Diante da determinação de luta e unidade demonstrada pelos operários, cederam, concedendo 82% de reajuste salarial a partir de 1º de outubro; reajuste trimestral com base em 18% em fevereiro e piso salarial de Cr\$ 900 mil.

Esta foi a 1ª greve geral da categoria desde 1979. A paralisação foi deflagrada por uma grandiosa assembléia que reuniu mais de 15 mil trabalhadores na sede do sindicato na última segunda-feira. De acordo com as lideranças sindicais, 90% aderiram, "dando um total de 162 mil metalúrgicos parados no Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense".

Todas as grandes fábricas pararam, com a única exceção da Companhia Siderúrgica da Guanabara (Cosigua), com 4 mil trabalhadores, onde a PM do governador Leonel Brizola montou uma autêntica operação de guerra para impedir a paralisação da empresa. Os três grandes estaleiros - EMAQ, Caneco e Ishibrás -, que constituem o coração da indústria metalúrgica do Rio, pararam por completo.

As outras grandes fábricas, como a GE e a Standard Eletrônica, também ficaram paradas. Entre as empresas de porte médio, a greve foi praticamente total. Onde ocorreram problemas maiores foi nas pequenas

oficinas espalhadas pelo Rio, já que o número é muito elevado e o sindicato não podia ser fazer presente em todas.

Mesmo assim, o número de oficinas que pararam espontaneamente sem a presença do sindicato foi muito elevado. Ao todo são mais de 6 mil empresas na jurisdição da entidade comportando uma categoria de 180 mil trabalhadores. A adesão foi maciça.

Solidariedade à greve une membros do Conclat e CUT

Na maioria dos casos os piquetes eram festejados pelos trabalhadores nas portas das empresas. Os operários se somavam logo aos piquetes em outras fábricas ou voltavam imediatamente para casa. Na GE, por exemplo, os operários saíram em verdadeiras passeatas para paralisar a produção em toda a área do Jacaré. Os



Foto: Rogério Carneiro

Os piqueteiros não aceitaram as provocações patronais

piquetes demonstraram grande firmeza e disposição de luta, sem cair nas provocações dos agentes patronais.

No porto do estaleiro Ishibrás, a direção da empresa colocou alto-falantes com música de discoteca a todo o volume para ver se bagunçava o trabalho do piquete. Sem conseguir seu objetivo, passou a distribuir garrafas de cerveja e cachaça para os trabalhadores em torno do piquete. E ainda distribuiu dinheiro para os operários comprarem bebidas, visando criar confusão. Novamente, a intervenção firme do pessoal do piquete manteve tudo na mais perfeita calma.

O maior problema ocorreu mesmo na Cosigua. A greve na empresa foi impedida por um gigantesco aparato de intimidação montada pela PM em torno da fábrica com inúmeras viaturas, pelotão de batalhão de choque, caminhões "brucutu", cachorros etc. Por isto não foi possível barrar a entrada dos ônibus com os trabalhadores.

Outro grande mérito da greve dos metalúrgicos do Rio foi o de ter aproximado, na solidariedade ao movimento, setores sindicais vinculados tanto à Conclat como à CUT, além de amplas forças políticas e sociais. Na noite do dia 1º de outubro formou-se na sede do

OPINIÃO

Avançar ainda mais

A greve dos metalúrgicos do Rio de Janeiro revela o novo estado de ânimo que toma conta dos trabalhadores de todo o país, que não aceita mais pagar o pato da política econômica antinacional e antipopular adotada pelo finado regime dos generais.

A luta dos metalúrgicos cariocas serviu também como um cala-boca para os setores minoritários da categoria, que teimam em fazer uma

oposição divisionista e estreita à diretoria do sindicato, mas tiveram um papel completamente apagado e até omissão no trabalho concreto da greve. Para os metalúrgicos que redescobriram a força da sua classe e a importância do seu sindicato, cabe levar este processo de renovação ainda mais para adiante, para que a categoria possa voltar a desempenhar seu papel de vanguarda no movimento sindical e político do Rio.

sindicato um comitê de solidariedade à greve composto por 27 entidades sindicais da Conclat e 10 da CUT, a UNE, a UBES, a Associação Liberdade Mulher, a Federação das Mulheres Fluminenses e vários partidos políticos.

Merece destacar a atuação firme dos militantes do Partido Comunista do Brasil em defesa da greve. Os comunistas, cujo apoio efetivo se manifestou nas várias frentes de solidariedade ao movimento, divulgaram uma nota manifestando total e irrestrita solidariedade aos operários, que "não fazem mais do que exigir a restituição de um pouco do que lhes foi roubado

durante vinte e um anos de ditadura militar. Os patrões teimam em não aceitar as justas reivindicações dos trabalhadores. Dizem que não podem aumentar os salários nem dar a trimestralidade porque isso faria explodir a inflação... A verdadeira solução para o problema da inflação, na verdade, é suspender o pagamento da criminosa dívida externa e não penalizar o povo que sempre trabalhou honestamente sem se beneficiar de um centavo sequer dos dólares contraiados no exterior... Os trabalhadores não toleram mais sofrer tanta injustiça e exploração... (da sucursal)

Sindicatos unidos para a luta em SP

A campanha salarial de mais de 1 milhão de trabalhadores paulistas com data-base no final deste ano e início do próximo, ganhou forte impulso. Armados com uma pauta de reivindicações centrada em três itens, 25 sindicatos resolveram unir suas forças na importante batalha salarial.

Após duas reuniões intersindicais no final de agosto, os representantes das diversas categorias que trabalham na região metropolitana de São Paulo concluíram por caminhar juntos na luta salarial. Apesar

das datas-base distintas, que variam de outubro a janeiro próximo, os sindicalistas articularam a campanha unificada tendo como alicerce três bandeiras reivindicatórias dos assalariados brasileiros: redução da

jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem perda salarial; reposição de 20% nos salários; e reajuste trimestral.

GREVE DE 1 MILHÃO

Ao todo, até agora são 25 sindicatos envolvidos na luta unitária, representando perto de 1,3 milhão de trabalhadores (veja o quadro). Como na maioria são operários da indústria, ficou decidido que a pauta de reivindicações será entregue por todos à Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) no próximo dia 9. Na ocasião será solicitada à entidade patronal a abertura de negociações conjuntas - o que é um fato inédito no sindicalismo dos últimos anos.

A articulação intersindical já está convocando para o dia 11 de outubro atos unitários nas principais concentrações das quatro regiões da capital paulista.

No final de outubro, haverá uma assembléia conjunta das várias categorias em luta no Centro Sindical dos Bancários. Antes disso será feita uma reunião com todos os comandos de mobilização para avaliar a disposição dos trabalhadores paulistas e a resposta patronal às suas reivindicações. Nesta reunião será discutida, inclusive, a possibilidade da decretação de uma greve geral em São Paulo.

SUPERANDO A DIVISÃO

Foi necessário superar vários fatores de divisão do sindicalismo paulista para se chegar à concretização desta campanha salarial unificada. Nela estão

envolvidos tanto os sindicatos ligados à Conclat como os filiados à CUT, e até alguns sem qualquer vinculação com as intersindicais nacionais existentes. "O ponto central para união foi a urgência de recuperar o poder aquisitivo dos trabalhadores", explica Luís Antônio, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

O dirigente sindical recorda que pesou na articulação o exemplo bem sucedido da greve nacional dos bancários. Segundo ele, este foi um fator que abriu os olhos de muitos sindicalistas para a necessidade da união na luta como a única forma de obter vitórias salariais e conquistar o respaldo nas bases sindicais.

Apesar do esforço de unidade, nem tudo corre às mil maravilhas. Ainda existe muita resistência entre as várias correntes sindicais. "Há muita gente, tanto na CUT como na Conclat, que ainda não entendeu a importância da unidade", comenta Luís Antônio. "Temos que colocar os interesses menores, de grupos, de lado. O que importa agora é a sobrevivência dos trabalhadores. Os patrões querem jogar todo o peso da crise nas nossas costas. Afirmando que não cedem o trimestral e que não darão nenhuma migalha acima do INPC. No governo também há vozes neste sentido. Então, ou nos unimos e chegamos até a parar São Paulo, ou engolimos péssimos acordos salariais. Apesar do caminho da unidade ser difícil, é preciso romper as barreiras. Já demos os primeiros passos, vamos seguir adiante unidos", ele afirma.



Categorias com datas-bases entre outubro e janeiro: 1,3 milhão de trabalhadores

CATEGORIA	NÚMERO DE TRABALHADORES	DATA-BASE
Metalúrgicos de São Paulo	330 mil	novembro
Metalúrgicos de Osasco	37 mil	novembro
Metalúrgicos de Guarulhos	60 mil	novembro
Comerciários	330 mil	dezembro
Gráficos (12 sindicatos)	85 mil	outubro e novembro
Químicos de São Paulo	63 mil	novembro
Químicos do ABC	35 mil	dezembro e janeiro
Químicos de Osasco	10 mil	novembro e janeiro
Químicos de Guarulhos	8.500	outubro e novembro
Plásticos	42 mil	dezembro e janeiro
Marceneiros	30 mil	novembro
Vidreiros	22 mil	dezembro
Ferrovários	19 mil	janeiro
Padeiros	35 mil	novembro
Coureiros	12 mil	novembro
Luvás e Bolsas	12 mil	janeiro
Indústria de Frios	15 mil	novembro
Jornalistas	5 mil	novembro
Têxteis	80 mil	novembro
Elétricitários de São Paulo	26 mil	janeiro
Elétricitários de Campinas	5 mil	janeiro
Aeroviários	9 mil	janeiro
Gasistas	1.100	janeiro
Telefônicos	25 mil	outubro
Joalheiros	12 mil	dezembro

Foto: César Diniz

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Conclat e CUT lutam uma campanha salarial unificada